



DIÁRIO

da Assembleia da República

XV LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2022-2023)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE OUTUBRO DE 2022

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Augusto Ernesto Santos Silva](#)

Secretárias: Ex.^{mas} Sr.^{as} [Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha](#)
[Lina Maria Cardoso Lopes](#)
[Palmira Maciel Fernandes da Costa](#)
[Helga Alexandra Freire Correia](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 277 a 279/XV/1.^a, do Inquérito Parlamentar n.º 3/XV/1.^a e do Projeto de Lei n.º 363/XV/1.^a

Na abertura do debate conjunto, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs [37/XV/1.^a](#) (GOV) — Aprova a Lei das

Grandes Opções para 2022-2026 e [38/XV/1.^a](#) (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2023, usou da palavra o Primeiro-Ministro (António Costa), que respondeu depois a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Catarina Martins](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui](#)

Parece-me de mau gosto que o Sr. Deputado se dirija às outras bancadas — e, diretamente, à do Partido Socialista, porque foi isso que fez — e diga que algumas perguntas não têm interesse.

Peço desculpa, os Deputados que apoiam o Governo têm tanto direito de fazer perguntas como V. Ex.^a!

Aplausos do PS.

Por isso, Sr. Presidente, peço desculpa, mas o Sr. Primeiro-Ministro responde às perguntas que entender. Não é o PSD que escolhe as perguntas!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, permite-me o uso da palavra?

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Afonso Oliveira pede a palavra...

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, é para o mesmo efeito.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, a única preocupação que tive, nesta intervenção do Grupo Parlamentar do PSD, foi no sentido de que o Sr. Primeiro-Ministro respondesse às questões de todos os Srs. Deputados.

Vozes do PSD: — Exatamente!

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Não fiz nenhuma referência, em nenhum momento, em relação à importância de cada intervenção. Todas são muito importantes! Se tivesse de o fazer, não queria ouvir aquilo que iria dizer.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir, Srs. Deputados.

Estávamos a prosseguir em boa ordem. Não há aqui nenhuma lei de equilíbrio homeostático que leve a que, numa sessão em que o Grupo Parlamentar do Chega se distingue pela civilidade,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É sempre assim!

O Sr. **Presidente**: — ... outros grupos parlamentares tragam agitação.

Portanto, vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

O próximo orador, para dirigir um pedido de esclarecimento ao Primeiro-Ministro, é o Sr. Deputado Miguel Costa Matos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, por muito que o queiram negar, além de ser um orçamento que responde à conjuntura, este é um orçamento reformista.

Risos do PSD e do CH.

Podíamos falar do combate às alterações climáticas; podíamos até falar de este ser o maior investimento social na nossa história; ou do reforço do apoio à capitalização das empresas; ou do investimento importante na cultura e na saúde.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Mas aquilo de que quero mesmo falar é do investimento naqueles que tantas vezes dizem ser o futuro do País, que são os jovens.

Ora, este é um orçamento que prossegue a democratização estrutural do ensino superior.

Duplicamos o número de estudantes que recebem complemento de alojamento, de 15 000 para 30 000, e congelamos as propinas em todos os ciclos — sim! —, sem esquecer o nosso compromisso eleitoral de baixarmos as propinas nesta Legislatura e sem esquecer a urgência de aumentarmos o número de camas e termos mais apoios para quem não tem lugar nas residências universitárias.

Quando um em cada seis jovens não consegue encontrar emprego e, entre aqueles que encontram emprego, dois terços têm contratos precários, o Governo cria um incentivo à contratação, de contratos sem termo e de salários acima dos 1 320 €.

Quando três em cada quatro jovens ganham menos de 950 €, o Governo assinou um acordo para aumentar os rendimentos em 20% — numa altura em que a inflação é de 10% — e assinou um outro acordo para valorizar os salários da função pública.

E vamos mesmo devolver no IRC metade daquilo que as empresas gastam a cumprir esses aumentos salariais. Isto é um choque fiscal, sim, mas é um choque fiscal que não é cego, como outros queriam, é um choque fiscal que tem um compromisso claro com os jovens e com o País, e isso é de suprema importância.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não nos lembrámos agora de baixar os impostos para os jovens.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Em 2020, criámos o «IRS jovem»; no ano passado, alargámos o «IRS jovem» para cinco anos e alargámo-lo para os trabalhadores independentes.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

E este ano estamos a aumentar o «IRS jovem», devolvendo um salário a mais no primeiro ano e até três salários a mais ao longo dos cinco anos.

Ora, quando apenas um em cada quatro jovens tem casa própria, este é um orçamento que reforça o investimento em construção de habitação pública, que reforça o Porta 65, com mais de 30% de orçamento.

E quando os jovens têm o primeiro filho apenas depois dos 30 anos, este também é um orçamento que aposta na natalidade, com mais dedução por dependentes, com creches gratuitas também no setor privado, com 500 000 famílias a verem reforçado o abono de família.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ah, pois!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Mais: o aumento, em 8%, do indexante dos apoios sociais não eleva só o subsídio de desemprego, eleva também as bolsas de estudo, as bolsas de investigação e as bolsas dos estágios profissionais.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, este é um orçamento de respostas imediatas e duradouras para os jovens que, no ensino, no emprego, no salário, na habitação, na natalidade, responde estruturalmente aos desafios que a minha geração ainda enfrenta.

Temos, por isso, uma pergunta.

Segundo o Eurobarómetro, a preocupação número um dos jovens é a saúde mental:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é verdade!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ... 40% têm depressão e um em cada quatro já pensou ou tentou o suicídio. Que respostas apresenta o Governo para esta pandemia silenciosa que tanto afeta a nossa geração?

Aplausos do PS.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Então, mas não está tudo tão bem?!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Poço.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos a uma imagem simples da vida real.

Vamos pensar numa jovem que, hoje, 26 de outubro de 2022, faça 25 anos. Chamemos-lhe Ana, dos Olivais, aqui, no concelho de Lisboa.

Quando a Ana nasceu, o senhor já era Secretário de Estado.

Um mês depois, a Ana ainda não comia sopa e o senhor já era Ministro. E como Ministro ficou até a Ana fazer 5 anos, quase a entrar na primária.

Quando a Ana tinha 8 anos, em 2005, o senhor voltou a ser Ministro. E Ministro ficou até a Ana entrar no 5.º ano.

Nesse mesmo ano, em 2007, o Sr. Primeiro-Ministro tornou-se Presidente da câmara municipal da cidade da Ana e ficou nessa condição até a Ana acabar o secundário.

Quando a Ana entrou para a faculdade, em 2015, o senhor ficou em segundo lugar nas eleições, mas acabou por formar Governo, em novembro de 2015, já a Ana estava no 1.º ano do seu curso.

Entretanto, a Ana acabou a licenciatura, tirou um mestrado, começou a trabalhar. E que país — este País, o nosso País — deixou o Sr. Primeiro-Ministro António Costa, sempre presente nos últimos 25 anos, à Ana?

A Ana, mesmo tendo um mestrado — tal como um em cada três jovens —, provavelmente, recebe o salário mínimo.

A Ana, segundo a média nacional — aliás, a pior da Europa —, só quando tiver mais de 33 anos, portanto daqui a oito anos, é que irá conseguir sair de casa dos pais. E, por sair tão tarde de casa dos pais, a Ana provavelmente só conseguirá ter um filho, como acontece na média nacional. Aliás, ainda é mais provável — e mais triste, Sr. Primeiro-Ministro — que a Ana, por já não suportar esta situação, acabe, como um em cada cinco jovens portugueses, por emigrar.

Por isso, a pergunta que lhe tenho a fazer, Sr. Primeiro-Ministro, é muito concreta: antes que a Ana apanhe um avião e não volte mais a Portugal, o que é que tem para lhe dizer, além de um pedido de desculpas?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, em nome do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} Ministras, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, prometo que vou desiludir o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, não vou fazer aquelas perguntas cómodas, como o Partido Socialista gosta, vou fazer perguntas incómodas, como é lógico, e isso é fazer oposição.

Também não vou aqui falar na Ana, mas vou referir, em relação às duas últimas intervenções, de dois jovens — um do PS e outro do PSD —, que o gritante é termos uma taxa de desemprego jovem mais alta do que a média europeia, particularmente na Madeira, onde mais de 20% dos jovens estão desempregados, no Algarve, onde mais de 19% dos jovens estão desempregados e, nos Açores, onde mais de 17% dos jovens estão desempregados. Isto é que tem de nos preocupar! Foi pena que nenhum dos Srs. Deputados tenha falado nisto.

Aplausos do CH.

O Sr. Primeiro-Ministro citou aqui, neste debate, Jorge Palma. Não é a primeira vez que o faz e eu, não sendo também a primeira vez, vou citar António Variações: «É p'ra amanhã/ Bem podias fazer hoje/ Porque amanhã sei que voltas a adiar». É este o reflexo deste Governo do Partido Socialista, é isto que temos: um País adiado, um Governo à deriva, um barco à deriva.

Aplausos do CH.

E temos também um mau Orçamento.

Enganou os pensionistas, enganou os portugueses, em geral, com 125 € dados no mês de outubro. Mas, depois, em novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, sabe-se lá como é que vão pagar as contas.

O que se passou aqui hoje e que se está a passar é propaganda socialista. Lá em casa, ninguém acreditou em si, Sr. Primeiro-Ministro. Ninguém! Falou em contas certas, estabilidade e aliviar impostos, mas diga isso a quem vai pôr gasóleo ou gasolina para ir trabalhar.

Chegou-se ao escândalo, em Portugal, de, na passada semana, aumentarem o gasóleo e a gasolina em 8 cêntimos e fazer-se uma propaganda tal que, na passada segunda-feira, o gasóleo baixou meio cêntimo.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Uma vergonha!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O problema das famílias portuguesas está resolvido: baixou-se o gasóleo meio cêntimo, na passada segunda-feira.

Quanto ao aumento da criminalidade, o Sr. Primeiro-Ministro dizia aqui, há uns meses, neste Parlamento, quando o confrontámos, que não era verdade. Hoje, infelizmente, está à vista de toda a gente: gangues juvenis proliferam pelas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, o que este Orçamento dá às forças de segurança é pouco ou nada. O subsídio de risco aumenta uma miséria, o subsídio de alimentação é vergonhoso — com os presos a ganharem quase mais de subsídio de alimentação do que os polícias —...

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — É verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... e faltam meios e agentes.

Repare, Sr. Primeiro-Ministro, levamos quase três horas de debate e não há uma palavra sobre o interior do País. Não há uma palavra sobre o interior do País, que o Partido Socialista esqueceu, que o seu Governo esqueceu e onde também fazem falta as forças de segurança.

Aplausos do CH.

Falemos sobre os bombeiros.

Agora que já chove, já esquecemos os incêndios. Já ninguém fala em bombeiros, já ninguém fala em incêndios, tudo está bem! O que é que este Orçamento prevê para prevenir os incêndios em Portugal? O subsídio de risco para os bombeiros continua sem existir. Nem uma palavra neste Orçamento! Continua sem existir este subsídio de risco.

Quanto à isenção de portagens, é escandaloso que, em Portugal, os carros de bombeiros e as ambulâncias continuem a pagar portagens. É isso que o seu Governo tem de retirar. É vergonhoso!

Aplausos do CH.

Vamos falar do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

Sr. Primeiro-Ministro, vai ou não extinguir o SEF? Os portugueses precisam de saber.

Entraram, agora, em Portugal — não sei como é que entraram e, se calhar, também ninguém sabe —, centenas, para não dizer milhares, de timorenses. Estão, por exemplo, nas ruas de Lisboa. Aquelas imagens que vimos nas reportagens envergonham-nos a todos, devem envergonhar a classe política e, particularmente, o seu Governo, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do CH.

Agora, vai resolver o problema. Lê-se numa notícia: «Governo envia inspetores do SEF para Timor para travar imigração ilegal».

O orador exibiu cópia da notícia que mencionou.

Está resolvido o problema, é assim que o seu Governo resolve este problema.

A pergunta a que tem de responder é: vai ou não extinguir o SEF?

A frase do debate, de António Costa, é esta: «existe uma melhoria do rendimento das famílias, em especial dos trabalhadores». Mas, então, Sr. Primeiro-Ministro, queria que melhorasse o rendimento de quem? Daqueles que não fazem nada? Daqueles que, mais uma vez, têm as regalias? É que, mais uma vez, aumenta 8% — mais do que a inflação — aquilo que vai para os subsídios e o RSI (rendimento social de inserção).

Protestos do PS.

Para terminar, Sr. Primeiro-Ministro, diga hoje aos portugueses, àqueles que estão lá em casa: quanto é que custaram os *Kamov* aos contribuintes portugueses? Esta é a pergunta a que o Sr. Primeiro-Ministro não responde. Tem vergonha dela. E sabe porquê? Porque, em 2006, era ministro do Governo de José Sócrates e comprou os *Kamov*.

Quanto é que os *Kamov* custaram aos portugueses?

Agora, foi oferecê-los à Ucrânia, porque já não sabia o que havia de fazer.

Aplausos do CH.

Para terminar, percebo que, na bancada do Partido Socialista, tendo cinco Deputados eleitos pelo Algarve, tenham vergonha de fazer uma pergunta, mas eu não tenho: Sr. Primeiro-Ministro, quando é que vai cumprir a sua promessa de 2015, que era a de extinguir as portagens na A22, a Via do Infante?

Afinal, a sua palavra está muito longe de ser palavra honrada.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Vera Braz, do Grupo Parlamentar do PS.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por congratular o Sr. Primeiro-Ministro, porque parece que, finalmente, a nossa direita concorda com as medidas de apoio às nossas empresas, uma vez que, até agora, no decorrer deste debate, não houve nem uma palavra para as nossas empresas.

Aplausos do PS.

Mas também não precisamos, porque as nossas empresas — das quais mais de 99% são micro, pequenas e médias empresas, maioritariamente empresas familiares — sabem que, desde 2015, os Governos do Partido Socialista apostam na nossa recuperação económica e apostam em ter as empresas como parceiras, porque só assim teremos um crescimento económico resiliente e sustentável. E não, não nos limitamos a descer transversalmente o IRC, como se essa fosse mesmo uma solução milagrosa para termos um tecido empresarial competitivo.

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

Não, Srs. Deputados, porque acreditamos que as políticas públicas devem servir um propósito de redistribuir, de uma forma justa, a riqueza do nosso País.

Por isso, sim, são adotadas medidas direcionadas, que sirvam os interesses do País, das nossas famílias e das nossas empresas.

Neste Orçamento do Estado para 2023, os apoios às empresas — alguns já referidos aqui pelo Sr. Primeiro-Ministro — vão desde incentivos fiscais a taxas especiais, impactos nas contas de energia, medidas que abrangem os mais diversos setores da nossa economia, importantes apoios para o setor agrícola, mas não esquecendo também o exigente retorno à sociedade do setor energético ou da banca. São mesmo medidas que vão contribuir para apoiar as nossas empresas.

Tenho de reforçar e voltar a referir o importante incentivo, no IRC, para o aumento de salários, consagrado no acordo de rendimentos e competitividade. Bem sei que os Srs. Deputados não querem falar sobre isto, mas este é mesmo um acordo histórico para o nosso País,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — ... que permite dar mais dinheiro às famílias, no fim do mês, mas também permite que as nossas empresas mantenham as suas rentabilidades e que, desta forma, continuem a apostar no investimento e na sua produtividade.

É importante para o Partido Socialista, é importante para o Governo e é importante para o País que as nossas empresas continuem a apostar no investimento privado e que a aposta na captação de investimento estrangeiro continue a ser uma realidade.

Este ano, em Portugal, já se angariaram 2500 milhões de euros em projetos de investimento, através da captação de 42 novas empresas para o mercado português e, com os mecanismos previstos, espera-se que o ano de 2023 seja igual ou melhor ainda.

Isto, Sr. Primeiro-Ministro, é o resultado do trabalho desenvolvido, de medidas estruturantes de apoio ao investimento e de medidas de estímulo à capitalização das nossas empresas, que nos dão um setor privado sólido e sustentável que contribua para a riqueza do País e para a melhoria das condições de vida dos portugueses.

Assim, Sr. Primeiro-Ministro, este é também um Orçamento que, mais uma vez, reforça o investimento público, em mais 3400 milhões de euros.

Considera que esta aposta contribuirá para alavancar a produtividade do investimento privado, que serão complementares e não concorrentes e, portanto, benéficos para o crescimento da nossa economia?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.^a Deputada Patrícia Dantas, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.^a **Patrícia Dantas** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e demais presentes, encontramos-nos aqui, no mesmo local, seis meses depois, para a discussão do Orçamento do Estado, na generalidade, desta feita, o de 2023.

Infelizmente, o cenário não é o ideal e deparamo-nos com uma política de gestão da dívida fortemente associada à cobrança de impostos e reativa ao que vai acontecendo pelo mundo.

No que concerne à Madeira — sim, é obvio que iria falar da Madeira —, este Orçamento do Estado omite inúmeras situações e promessas suas, o que me preocupa. Não as vou elencar aqui e convido-o à leitura das 53 páginas do parecer da Região Autónoma da Madeira sobre o Orçamento agora em apreciação.

Por esta omissão, pela perda efetiva de poder de compra e por faltarem medidas de crescimento económico, este Orçamento não convence a Região. Assim, apresentaremos, obviamente, propostas de alteração.

Para além do referido, sabendo que a capacidade de intervenção não se esgota no exercício orçamental, numa perspetiva estratégica, de futuro e de crescimento do País e com o perfil de ambição que caracteriza os povos insulares, contamos com o envolvimento e o compromisso do Governo da República para dois temas relevantes para o País.

O primeiro tema é o da revisão da Lei das Finanças Regionais, pois tem-se registado um peso cada vez menor das regiões autónomas na despesa do Estado. Em sete anos, passou de 0,73% para apenas 0,64%, o que pode revelar uma paulatina desresponsabilização do Estado para com as populações insulares. E isto acontece quando se assiste a um crescendo nos encargos com as obrigações do Estado, tais como a saúde e a educação.

O segundo tema é o da negociação, em Bruxelas, do novo programa de atratividade fiscal do País — que por sinal tem a sua base de atuação na Madeira —, por forma a aproveitar o novo contexto geoestratégico do País e da Europa, que se orientará para o espaço atlântico, tirando partido da periferia de Portugal e da ultraperiferia da Madeira.

Sr. Primeiro-Ministro, a Região pode contar consigo para, no âmbito da manutenção de um bom relacionamento entre a República e a Região, aprovar propostas que, por exemplo, permitam que a Madeira seja fiscalmente mais competitiva?!

Sr. Primeiro-Ministro, a Região pode contar consigo para se comprometer na melhoria das condições da Região, a nível financeiro e fiscal?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, em nome do Grupo Parlamentar do PS, tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Barbosa Ribeiro.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} Ministras, Srs. Ministros, Srs. Deputados, gostaria de voltar a trazer a este debate algo central no Orçamento do Estado, que o Sr. Primeiro-Ministro referiu na sua intervenção inicial, algo central na política do Governo e do PS e que é fundamental para o País: a política de valorização dos rendimentos, o acordo de médio prazo, obtido em sede de concertação social, para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, a que acresce o acordo plurianual de valorização salarial, que foi obtido para os trabalhadores da Administração Pública e, convém dizer, é o primeiro acordo salarial deste século, transpondo o acordado na concertação.

Aplausos do PS.

Com este acordo, é possível prosseguir com a valorização dos rendimentos para todos os trabalhadores, demonstrando ainda que esta é uma maioria de diálogo, é uma maioria que não se esgota sobre si própria, aberta a pontes e a compromissos.

Sabemos que a oposição não gostou deste acordo. Em particular, o PSD, que continua a confundir a oposição ao PS com a oposição ao País, prefere atacar o acordo e os parceiros da concertação,...

Protestos da Deputada do PSD Joana Barata Lopes.

... ao invés de valorizar o contributo que foi dado para o objetivo estratégico de valorização dos rendimentos, considerando — estou a citar o PSD — «limitado e pouco ambicioso» um acordo que assegura 11 anos de

crescimento real dos rendimentos, que reforça ainda mais o salário mínimo e que puxa significativamente pelo aumento do salário médio dos portugueses.

Aplausos do PS.

Mas não espanta esta posição do PSD. Primeiro, porque o PSD não consegue, de forma alguma, conceber uma maioria que é dialogante e que é capaz de estabelecer pontes com o País e com os agentes sociais e económicos do País.

Protestos do PSD.

Mas, mais importante, talvez, o conteúdo concreto do acordo contradiz tudo aquilo que o PSD defende e tudo aquilo que levou ao empobrecimento generalizado dos portugueses, quando o PSD teve responsabilidades governativas. É bom lembrar que essas medidas tiveram o apoio entusiástico de alguém que não está aqui hoje, mas que está a assistir a este debate e a ver mais ou menos como é que ele corre ao PSD — o Dr. Luís Montenegro —, cuja responsabilidade não pode ser esquecida, porque, enquanto líder parlamentar dessa bancada, levantou-se vezes sem conta para defender e votar cortes de salários, cortes de subsídios de férias, cortes de subsídios de Natal, cortes nos feriados, cortes nas prestações sociais, cortes nas pensões,...

Aplausos do PS.

... os cortes que levaram à pobreza e ao esmagamento salarial dos portugueses, numa política de terra queimada, Srs. Deputados,...

Protestos do PSD.

... que só não foi mais longe, porque foi travada pelo Tribunal Constitucional, não uma vez, não duas vezes, não três vezes, não quatro vezes, mas cinco vezes, evitando mais cortes para os portugueses, como os senhores queriam fazer.

Aplausos do PS.

Portanto, esse não é o nosso caminho, essa não é a ideia do Partido Socialista.

Sr. Primeiro-Ministro, o acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade tem, em nosso entendimento, uma extrema importância no cenário em que vivemos, num contexto de enorme incerteza, em tempos de grande exigência, demonstrando um Governo comprometido com o interesse nacional, com a atuação pelo diálogo, estabelecendo objetivos e metas concretas que se traduzem numa melhoria da produtividade da economia portuguesa, sem nunca esquecer uma efetiva valorização da vida e dos rendimentos de quem trabalha.

As medidas são muitas — não tenho tempo para as aprofundar na globalidade —, mas, em matéria de salários, este acordo concretiza um aumento do salário mínimo nacional para 760 €, um aumento de 50% face a 2015, com uma perspetiva de aumento de 80% até 2025. Mais: ao mesmo tempo, este acordo promove a valorização do rendimento médio por trabalhador em 20% para garantir a convergência com a média da União Europeia do peso das remunerações do PIB durante o período de vigência deste acordo até 2026. E aqueles que acham isso impossível devem olhar para o entendimento do Estado e para o acordo que foi feito com os sindicatos da função pública para aumentar já no próximo ano os salários em 5,1%.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, termino questionando-o sobre a importância que atribui a este acordo, sobre a sua evidência, enquanto uma maioria de diálogo, mas também quanto ao seu conteúdo, que versa sobre a defesa dos rendimentos dos trabalhadores e a perspetiva de melhoria de vida para os nossos compatriotas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, vou, naturalmente, abordar a dimensão dos Açores neste Orçamento e, de facto, esta proposta de Orçamento...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não quer falar de interconexões?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — De interconexões, Sr. Primeiro-Ministro? Não, porque elas não correram bem. Vamos centrar-nos nos Açores.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não correram bem, não!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Tentei ajudá-lo e até valorizei a capacidade de sedução dos seus olhos, mas, na prática, Sr. Primeiro-Ministro, foi o que se viu.

Vamos centrar-nos no Orçamento e nos Açores, que são os temas mais importantes da minha intervenção. Nessa matéria, este Orçamento, de facto, infelizmente, vira novamente as costas aos Açores e aos açorianos. Deixe-me dizer que a Comissão de Economia do Parlamento dos Açores, da direita à esquerda, com a exceção do PS, chumbou esta proposta de Orçamento por ela não responder às necessidades dos Açores em matéria de Orçamento para 2023.

Repare no seguinte: eu sei que este Orçamento cumpre a lei e que tem mais 7 milhões para a lei das finanças regionais, mas esses 7 milhões nem a inflação cobrem.

Ora, nós esperávamos que o Governo, e em particular o Sr. Primeiro-Ministro, revelasse uma sensibilidade que fosse além do estrito cumprimento da lei das finanças regionais e tivesse a abrangência de entender que os Açores, por circunstâncias estruturais, reais e concretas, mereciam uma majoração que fosse além do estrito cumprimento desses 7 milhões de euros.

Repare que, além disso, continuam as menções a um conjunto de intenções que se perpetuam no texto do Orçamento — tem intenção de substituir os cabos de fibra ótica, tem intenção de continuar os estudos —, mas a maioria das coisas importantes desapareceu das intenções. Sr. Primeiro-Ministro, o maior problema deste Orçamento reside nas obrigações de serviço público para as ligações aéreas com as ilhas de Santa Maria, Faial e Pico.

O Sr. Primeiro-Ministro falou da sua intenção e enlevo em relação à ferrovia de Portugal. Como sabe, a única forma de ligação aos Açores é por via aérea. É desta forma que as pessoas se movimentam, é desta forma que a economia floresce e é desta forma que os Açores exibem e sentem uma pertença a uma dimensão nacional global, fazendo parte dela e não sendo filhos de um deus menor.

E a questão que se põe aqui é que, infelizmente, essas obrigações de serviço público, para serem cumpridas, têm um custo de 10 milhões de euros. Então, repare na subtileza: inscreve no Orçamento 3,5 milhões de euros para cumprir essas obrigações de serviço público e dá-nos 7 milhões a mais, ou seja, os 7 milhões a mais que aparentemente dá tira-nos pela suborçamentação na obrigação de serviço público essencial. Sr. Primeiro-Ministro, isto de dar com uma mão e tirar com a outra começa a ser uma imagem de marca.

Aplausos do PSD.

Ao contrário do que ouvimos aqui, principalmente do Partido Socialista, os problemas da sua governação não tiveram início no tempo dos fenícios, tiveram início há sete anos, com a sua governação e incompetência governativa.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O penúltimo pedido de esclarecimento pertence à Sr.^a Deputada Fátima Fonseca, do PS.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que traga de volta ao debate o tema da Administração Pública, porque é inevitável olhar um pouco mais de perto para as escolhas que o Governo aqui nos apresenta. É inevitável porque o Estado, enquanto empregador, pretende assumir, e bem, um papel exemplar junto do setor privado e é inevitável porque a forma como o Governo gere a Administração Pública traduz uma opção política que devemos assumir sem demagogia, com clareza e com coragem para fazer aquilo que é necessário,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muto bem!

A Sr.^a **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — ... coragem que, no caso dos Governos do Partido Socialista, significa não fazer cortes, mas valorizar salários e rendimentos.

Aplausos do PS.

E fá-lo com sustentabilidade, porque os Governos do Partido Socialista sabem que investir na Administração Pública é investir no futuro dos portugueses e do nosso País.

A Sr.^a **Susana Amador** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria de Fátima Fonseca** (PS): — Com esses investimentos, assentes em contas públicas sólidas, equilibradas e sustentáveis, desde 2016, os Governos do PS têm vindo a reverter a dura situação a que os trabalhadores da Administração Pública foram submetidos no passado e a fazer um caminho de valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores da Administração Pública.

Por isso, falar em temas como o descongelamento das carreiras, a reversão dos cortes salariais e a reposição da atualização anual dos salários não significa nenhuma obsessão com o passado, não significa nenhuma obsessão com o canal História, significa simplesmente recordar o caminho que tem sido feito, o caminho que nos permite chegar aqui hoje, que nos permite ir mais além no futuro, sem retrocessos.

Em 2022, o Governo do Partido Socialista já deu um primeiro sinal para a valorização remuneratória dos trabalhadores das carreiras gerais e dos trabalhadores mais qualificados, dando mais um passo sólido nesse caminho esta semana, tal como já foi por diversas vezes referido. Foi assinado um acordo plurianual, o primeiro deste século, que cria um quadro de valorização salarial e das carreiras assente em premissas simples, lógicas e responsáveis — previsibilidade, equidade e olhos postos não só no presente mas também no futuro.

Por isso, comecei por falar em escolhas, porque só com escolhas informadas, responsáveis e realistas será possível abordar tudo o que há para fazer na Administração Pública, e haverá sempre muito para fazer. Pela sua importância estratégica para o País, o sucesso deste caminho só poderá ser efetivo com o contributo de todas as partes interessadas dentro e fora deste Parlamento, pelo que importa também destacar o diálogo social enquanto marca da governação do Partido Socialista e aspeto central nas escolhas feitas neste caminho de valorização das pessoas que trabalham na Administração Pública no presente e para o futuro.

Assim, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe: em que medida é que as ações concretas, previstas no acordo referido e previstas na proposta de Orçamento do Estado para 2023, continuam a concretizar com efetividade este caminho de valorização dos salários? Em que medida chegam a todas as carreiras da Administração Pública? Em que medida contribuirão para uma gestão racional, responsável e mobilizadora das pessoas que trabalham na Administração Pública de modo a abordar todos os desafios necessários?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O último pedido de esclarecimento pertence ao Sr. Deputado Pedro Cegonho, do PS. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Cegonho** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, esta proposta de Orçamento do Estado continua a promover uma melhor relação dos cidadãos com o Estado porque não só comporta importantes mecanismos de motivação e valorização da Administração Pública, conforme já vimos, resultante de um histórico acordo importante com os sindicatos, como continua a permitir simplificar, uniformizar e desmaterializar.

Modernizar a máquina administrativa tem de ser sinónimo de simplificar e, para isso, importa continuar a utilizar e desenvolver soluções tecnológicas, mas também importa continuamente reformular, melhorar, otimizar procedimentos, utilizar dados e utilizar tecnologias disruptivas que antecipem e permitam aos cidadãos e às empresas uma interação eficiente, segura e eficaz com a Administração Pública.

Em 2023, confirmamos que será dada continuidade à reconfiguração dos serviços públicos, disponibilizando-os numa lógica omnicanal através do portal único de serviços digitais de centro de contacto das lojas do cidadão ou dos Espaços Cidadão.

Com esta proposta de Orçamento do Estado, as iniciativas Simplex serão orientadas para a antecipação de problemas e para a criação de soluções inovadoras, habilitando o Estado a dar respostas mais efetivas e satisfatórias que permitam simplificar e agilizar as interações com a Administração Pública.

Mas, além das medidas concretas, há um caminho de definição ou de atualização de estratégias que continuamos a percorrer: a prossecução da Estratégia Cloud para a Administração Pública, com o compromisso para a adoção de soluções de computação em nuvem no formato *cloud* pública que garanta a soberania e a segurança dos dados; a conclusão da Estratégia Nacional de Blockchain; a atualização da Estratégia Nacional de Inteligência Artificial, à luz das novas realidades geopolíticas e técnico-jurídicas; a prossecução da Estratégia Nacional Smart Cities; a conclusão da Estratégia Nacional de Dados Abertos, para identificar iniciativas concretas de promoção da partilha e reutilização de dados, bem como o reforço da cibersegurança nacional, melhorando os níveis de resiliência da Administração Pública e da sociedade em geral.

Sr. Primeiro-Ministro, este caminho tem anos e conduz-nos a um melhor Estado. Pergunto se concorda que a implementação de mecanismos de digitalização e de modernização do setor público beneficia também a economia e a sociedade em geral, sendo esta a mais importante razão de ser desta estratégia e que a todos nós deve convocar e que todos nós devemos apoiar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, infelizmente, por falta de tempo, não vou poder responder individualmente a cada Sr. Deputado, mas seguramente que nos debates setoriais e amanhã, com o Sr. Ministro das Finanças, terão oportunidade de esclarecer algumas matérias.

No entanto, há algumas questões centrais que foram abordadas por todas as bancadas e em relação às quais não queria deixar de responder.

Em primeiro lugar, a direita confunde, obstinadamente, boa gestão orçamental com austeridade, o que percebo, porque os senhores sempre acreditaram que só havia uma forma de reduzir o défice e a dívida. Ou seja, se há redução do défice e da dívida, para os senhores, só há uma explicação: adotámos austeridade! Acontece que, como os Srs. Deputados bem aqui citaram, para que haja austeridade não basta dizer e, além disso, austeridade não é um conceito abstrato, é um conceito concreto. Portanto, não há neste Orçamento do Estado, como não houve em nenhum dos Orçamentos do Estado dos últimos seis anos, aumento de impostos ou cortes nos rendimentos.

Aplausos do PS.

Aquilo que temos demonstrado desde 2015 é que, ao contrário do que a direita dizia, o aumento do salário mínimo nacional, o aumento do salário médio, o aumento dos rendimentos não têm trazido o diabo; pelo contrário: têm trazido prosperidade à nossa economia, convergência com a União Europeia e contas certas.

Aplausos do PS.

Há uma perda de poder de compra? Há. Claro que há uma brutal perda de poder de compra este ano, fruto de uma enorme inflação que resulta, por um lado, ainda, das cicatrizes da pandemia e, por outro lado, da guerra desencadeada pela Rússia contra a Ucrânia.

A inflação que vivemos não é uma ilha de Portugal, nem fruto das políticas internas, é uma inflação importada. A perda de poder de compra resulta de aumentarmos os impostos ou de estarmos a cortar os rendimentos? Não! Tudo o que temos feito ao longo deste ano — com o esforço enorme dos contribuintes portugueses, com a boa gestão orçamental que temos feito — é reduzir e controlar os aumentos dos preços o mais possível, em particular da energia, e, por outro lado, compensar as famílias, sobretudo as de menores rendimentos, face ao que seria a perda de poder de compra.

Se não fosse essa boa gestão orçamental, não teríamos apoiado em 120 € as famílias mais carenciadas, não estaríamos agora a apoiar todas as pessoas que têm um rendimento bruto até 2700 €, não teríamos feito o pagamento antecipado do que foi designado como «aumento das pensões do próximo ano já em outubro», para que as pessoas possam ter, neste momento, o rendimento quando mais precisam dele para fazer face ao aumento dos preços.

Falam muito dos cortes das pensões, mas o Sr. Deputado José Moura Soeiro enunciou a fórmula mais feliz que já ouvi para descrever a situação: aumentaram metade do aumento do próximo ano para outubro.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Não foi isso que disse!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Cortaram!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, eu não diria melhor! Depois, disse que cortaram do próximo ano aquilo que antecipámos para outubro. Sim, antecipámos mesmo!

Protestos do BE.

É agora que as pessoas precisam de dinheiro, é agora que as pessoas precisam de fazer face ao aumento do custo de vida.

Aplausos do PS.

Sim, Sr.^a Deputada Paula Santos, nós temos atenção e estamos focados no combate à pobreza infantil e às necessidades efetivas...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E as contas?

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — E a aldrabice nas contas?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, mantenhamos a compostura.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Eu estou composto!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — «Aldrabice» é um insulto. E creio que a má-consciência do Bloco de Esquerda pela traição ao eleitorado da esquerda portuguesa, que cometeu em 2020, não deve levar a que passemos a dialogar na base do insulto.

Aplausos do PS.

Protestos do BE.

Deixemos essa linguagem fora do campo da esquerda e com o monopólio da extrema-direita neste Parlamento.

Protestos do CH e do BE.

Sr.^a Deputada Paula Santos, sobre crianças, sim, este Orçamento tem três medidas fundamentais para responder às necessidades das famílias com crianças. Em primeiro lugar, o aumento do abono de família no mínimo de 50 € por mês para todas as crianças que beneficiam de abono de família. Em segundo lugar, o aumento de 750 € para 900 € na dedução fiscal para o segundo filho. Em terceiro lugar, o aumento de 70 € para 100 € por mês da prestação para o combate à pobreza infantil, através da Garantia para a Infância. São três medidas concretas de melhoria do rendimento das famílias com filhos.

Aplausos do PS.

Creio que todos temos consciência que o maior desafio que a nossa sociedade tem é o de corresponder às expectativas dos jovens de hoje. É por isso que os dois acordos plurianuais que foram assinados são da maior importância, porque em tempos de incerteza é fundamental dar previsibilidade a quem trabalha e também às empresas. E é por isso que o acordo de médio prazo, feito em sede de concertação social, garante a todos os trabalhadores uma melhoria de 20% do seu rendimento ao longo dos próximos quatro anos, incluindo aos trabalhadores da função pública; garante às empresas que vamos adotar as políticas necessárias para que a produtividade possa aumentar para o objetivo de 2% de crescimento anual; e garante que possam ter uma redução efetiva do IRC correspondente ao que seria uma redução transversal de dois pontos percentuais na taxa de IRS, se investirem no interior, se investirem na inovação, se fizerem os aumentos salariais em linha com ou acima do acordado.

Sim, é nestas políticas que nós acreditamos.

Aplausos do PS.

Quero aqui louvar a coragem dos parceiros sociais que, perante a vozearia geral, se concentraram naquilo que é fundamental: dialogar e procurar acordo.

Mas, para as novas gerações, temos efetivamente resposta, nomeadamente para a Ana. A Ana faz parte de uma geração que, tendo crescido com António Guterres como Primeiro-Ministro, já beneficiou da universalização do ensino pré-escolar e de um Governo que apostou a longo prazo na ciência como política central.

Aplausos do PS.

Aliás, se hoje estamos a ter capacidade de atrair investimento direto estrangeiro foi porque, há 25 anos, houve quem definisse a política de ciência como uma política estratégica para o futuro do País.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não teríamos hoje o número de licenciados que temos, o número de mestres que temos, o número de doutores que temos se não tivesse havido essa aposta há 25 anos.

Aplausos do PS.

A Ana também faz parte da geração que beneficiou da extensão da obrigatoriedade do ensino até ao 12.º ano. Provavelmente, a Ana foi das primeiras alunas a ter o ensino do inglês no 1.º ciclo.

Aplausos do PS.

A Ana beneficiou ainda de ter crescido numa cidade que não estava a cair aos bocados, mas numa cidade que se reconstruiu, que se reabilitou, que se tornou cosmopolita e que não esperou pela Web Summit para apostar no empreendedorismo. Foi por ter apostado no empreendedorismo que hoje pode receber a Web Summit, como vai receber na próxima semana.

Aplausos do PS.

Até lhe digo mais, Sr. Deputado: se a Ana vive nos Olivais, até já beneficiou das piscinas recuperadas, reabilitadas e não encerradas, como estiveram enquanto a direita governou o município de Lisboa.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

E o que podemos dizer agora à Ana, que já acabou o seu curso?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que não há trabalho nenhum!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tendo acabado o seu curso, podemos dizer à Ana...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A Ana já emigrou!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que é graças ao Orçamento do Estado para 2023 que, nos primeiros cinco anos de atividade, vai ter uma forte redução da tributação de IRS.

Protestos do PSD, do CH e da IL e contraprotestos do PS.

Se a Ana tiver, por exemplo, um salário médio, beneficiará, logo no primeiro ano, de uma poupança de 1586 € no seu IRS e, em cinco anos, beneficiará de uma poupança de 5390 €.

Dirão que é difícil a Ana ter este vencimento, e é verdade. Mas, neste Orçamento do Estado, temos um programa de contratação para os jovens com valores estipulados acima de 1320 €. Fixámos a posição de entrada de técnico superior na Administração Pública em 1320 €, precisamente para que a Ana, se entrar na Administração Pública, tenha esse vencimento.

Aplausos do PS.

E mais: fazendo este aumento do salário para a categoria de técnico superior na Administração Pública, estamos a pressionar o setor privado a ir a jogo se não quiser perder para a Administração Pública o melhor talento que é formado.

Protestos do CH e da IL.

Se a Ana quiser procurar habitação, vai ter, no próximo Orçamento, um reforço de 30% no programa Porta 65 para que possa beneficiar de apoio ao arrendamento.

Protestos do PSD, do CH e da IL.

Há, sobretudo, um grande conselho que tenho a dar à Ana.

Vozes do CH: — Que emigre!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É que a Ana nunca vote no PSD.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Porque, se votar no PSD, arrisca-se a ter um Primeiro-Ministro que a convide a emigrar.

Aplausos do PS.

Se não votar no PSD, continuará a ter um Primeiro-Ministro que vai lutar para que ela não precise de emigrar de modo a realizar todo o seu potencial e todos os seus sonhos, na nossa pátria que é Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, à fase das intervenções dos diferentes grupos parlamentares. Para fazer uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do PSD, dou a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite.

O Sr. **Ricardo Baptista Leite** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: De facto, o Partido Socialista arrancou com uma campanha — temos visto os cartazes por aí nestes últimos dias —, e isso percebeu-se nesta intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, pois não respondeu a uma única pergunta e está em modo de propaganda.

Aplausos do PSD.

O cartaz do Sr. Primeiro-Ministro diz «Juntos Seguimos e Cumprimos». Temos de reconhecer uma coisa: o Sr. Primeiro-Ministro, António Costa, prometeu que iria mudar o Ministro da Saúde, mas que não iria mudar as políticas de saúde. Realmente, nada mudou — prometeu e cumpriu.

O Sr. Primeiro-Ministro disse que a substituição de um membro do Governo seria uma mudança de personalidade ou de estilo e realmente só mudou a estética governamental. Portanto, prometeu e cumpriu.

No fundo, o que o Primeiro-Ministro disse é que vai continuar tudo na mesma, e o Orçamento do Estado é a prova disso mesmo: por pior que esteja o Serviço Nacional de Saúde, com o PS é para continuar assim.

Mas vamos às promessas que o Primeiro-Ministro e o Governo fizeram e não cumpriram, começando pelos médicos de família. Disseram que todos os portugueses teriam médico de família atribuído em 2017, mas hoje há mais de 1,2 milhões de portugueses que não têm médico de família atribuído. E olhamos para este Orçamento do Estado e vemos que retiraram até os incentivos financeiros que tinham colocado no Orçamento anterior, para tentar reter os médicos e para atrair mais médicos de família.

Ficaram por cumprir todas as promessas de carreiras e salários dignos para os médicos, para os enfermeiros, para os farmacêuticos, para os técnicos de saúde. Aliás, o novo Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, dizia que a primeira prioridade, assim que assumisse funções, seria iniciar o processo negocial sobre as carreiras. Até hoje, nem uma reunião negocial houve.

Aplausos do PSD.

Este Orçamento do Estado não oferece uma única pista sobre como é que irão reter os profissionais, sobre como é que irão atrair profissionais de saúde. É um enorme vazio. Aliás, percebe-se hoje porque é que o Governo decidiu enterrar 3,2 mil milhões de euros dos impostos dos portugueses na TAP: é para que haja aviões para os médicos continuarem a emigrar, que é exatamente o que está a acontecer hoje.

Aplausos do PSD.

Poderíamos presumir que não querem investir nos profissionais de saúde porque estão a pagar as dívidas. Aliás, o Primeiro-Ministro disse aqui várias vezes: «Somos, agora, o partido das contas certas.» O que é que

nos diz o Portal da Transparência do Serviço Nacional de Saúde? Em agosto de 2022, a dívida total do SNS era de quase 2,2 mil milhões de euros, quase 1,3 mil milhões de euros de dívida vencida, ou seja, dívida cujo prazo de pagamento já expirou. Sete anos depois, quando comparamos com os dados de 2015, o Governo apresenta, em 2022, um aumento brutal da dívida no SNS. Face a 2015, é um aumento de mais de 20% de pagamentos em atraso, um aumento de mais de 50% da dívida vencida, um aumento de 52,7% da dívida total. Isto não são contas certas, Sr. Primeiro-Ministro, isto são contas de um Governo mal pagador.

Aplausos do PSD.

Podíamos dizer que o Governo não quer investir nos profissionais de saúde nem pagar as dívidas porque vai melhorar as respostas do Serviço Nacional de Saúde. Mas, infelizmente, também não. Persistem as listas de espera e, nalguns casos, são superiores a um ano para uma consulta de especialidade. O número de cirurgias hospitalares está longe de recuperar as mais de 125 000 cirurgias interrompidas entre 2019 e 2021. Continuamos com mais de 1 milhar de doentes internados nos hospitais já com alta médica porque os serviços da segurança social não conseguem encontrar soluções. O empobrecimento é uma realidade cada vez mais presente.

A mortalidade excessiva continua a apresentar valores elevados, com particular enfoque para as doenças oncológicas. E, falando nos doentes com cancro, é simplesmente vergonhoso que muitos tenham de continuar a esperar meses, senão mesmo anos, para terem acesso a uma junta médica. Sem junta médica, não conseguem ter acesso a um atestado multiusos e, sem atestado multiusos, não conseguem ter acesso aos direitos e benefícios sociais a que gozam por lei.

Já perdemos a conta ao número de vezes que trouxemos este tema a debate, e não queremos mais promessas. Sr. Ministro da Saúde, ao invés de utilizar os doentes oncológicos como arma de arremesso político, resolva os problemas destes cidadãos de uma vez por todas.

Dizia o Sr. Primeiro-Ministro que é verdade, não conseguiram motivar os profissionais de saúde para continuar no SNS, aumentaram a dívida no Serviço Nacional de Saúde e há uma degradação do serviço público de saúde — «mas não se preocupem, agora é que isso se vai resolver, o estatuto do SNS e o novo diretor executivo é que vão salvar isto tudo, o famoso CEO (*chief executive officer*) da saúde vai resolver todos os problemas».

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Aliás, falando nesse CEO, já ouvi alguns falarem no «céu» do SNS em vez do CEO, numa espécie de nirvana socialista que vai resolver todos os problemas da saúde.

Ainda na última audição com o Ministro da Saúde, fizemos algumas perguntas básicas. Quem é que vai fazer os contratos com os hospitais? É a ACSS (Administração Central do Sistema de Saúde)? É a direção executiva? É o Ministro da Saúde? Não sabem! É uma desorganização completa, ninguém sabe quem manda. Num sistema tão complexo, quem paga perante a desorganização governamental são os doentes.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vivemos hoje no SNS uma situação impensável há duas décadas: para se ter acesso a algumas das primeiras linhas terapêuticas para determinadas doenças oncológicas, os doentes têm de ir para o privado, porque esses tratamentos já não estão disponíveis no setor público.

Protestos da Deputada do PS Jamila Madeira.

Pior: há hoje famílias que se encontram em situação de bancarrota financeira porque, para tratar da sua saúde ou da saúde de um familiar, têm de vender os seus bens para poderem ir para o privado, visto que não encontram resposta no setor público. Antes, orgulhávamo-nos do que nos distinguiu de outros sistemas de saúde, como o sistema americano, em que as pessoas têm de apresentar um cartão de crédito para acederem à saúde; hoje, as pessoas já podem entrar numa situação de bancarrota pelo simples facto de ficarem doentes.

Num momento de crise económica, sabendo nós que a pobreza é o maior causador de doença, este Orçamento vai no sentido errado, empobrecendo este País, cortando nos pensionistas, cortando na capacidade de compra dos funcionários públicos e dos demais portugueses. Promove, efetivamente, mais pobreza e, por tudo isto, este Orçamento e este Governo exigem uma oposição firme e determinada. Quem não vai parar, Sr. Primeiro-Ministro, somos nós!

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Adão Silva.

O Sr. **Presidente**: — Cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro, os Srs. Membros do Governo, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e anuncio que o Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite tem um pedido de esclarecimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, por parte do Sr. Deputado Porfírio Silva, a quem dou, de imediato, a palavra.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite, enfim, usar os doentes como armas de arremesso político não é a nossa prática.

Vozes do PSD: — Oh!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Repetir aquilo que o Sr. Deputado, aliás, já fez durante a pandemia, que foi usar isso e o alarmismo como arma política, não vamos por aí. Portanto, vou concentrar-me...

Protestos do CH, da IL e de Deputados do PSD.

Os Srs. Deputados têm passado a tarde toda a fazer barulho para ver se não ouvem aquilo que os outros dizem, mas vão ter de ouvir.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Peço a compreensão da Câmara para que o Sr. Deputado Porfírio Silva possa fazer o seu pedido de esclarecimento. Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Deputado, como acho que o senhor talvez não tenha vontade de responder às minhas perguntas, vou começar com uma pergunta que o Presidente do seu partido fez no discurso de abertura do vosso último congresso. O Sr. Dr. Luís Montenegro dizia nessa altura: «Como é que o PS faz tudo mal e continua a ganhar eleições?» E acrescentava: «Alguma coisa tem de estar mal connosco.» Connosco, PSD. «Não são os eleitores que estão errados, os eleitores tomaram a opção que para eles era a melhor!», dizia o Sr. Presidente Montenegro.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ah, pois!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — É uma questão muito pertinente. Curiosamente, os senhores gastaram o congresso todo sem nunca darem nenhuma resposta a essa pergunta. Gostava de sugerir uma resposta a essa pergunta do vosso Presidente, que é uma pergunta muito interessante: como os senhores adotaram um estilo de oposição de bota-abaixismo e de «está tudo mal!», se calhar os portugueses perceberam isso e perceberam que não podiam esperar nada deste PSD. É por isso que continuam a perder eleições, continuam a não ter o voto dos portugueses.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, o problema nem são as opiniões do PSD. O problema é que há milhentas opiniões dentro do PSD. É uma cacofonia!

Protestos do CH, da IL e de Deputados do PSD.

Um dia destes estava a ouvir rádio e ouvi alguém dizer «(...) este novo PS travestido de furioso adepto das contas públicas saudáveis (...)». Pensei «lá está o Bloco de Esquerda a criticar o PS», mas não, era o Presidente do PSD a dizer que o Governo do PS estava a manter as contas públicas saudáveis.

Protestos de Deputados do PSD.

Não era...

Pausa.

Neste momento, o orador tossiu e ficou momentaneamente sem voz.

Protestos de Deputados do PSD.

Agora, de facto, ao fazerem barulho, impedem-me de falar.

Aplausos e risos do PS.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Peço realmente que haja algum silêncio e alguma aquietação da parte da Câmara, para que o Sr. Deputado Porfírio Silva possa concluir o seu pedido de esclarecimento.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — O problema não era o PSD ter passado a ser contra as contas públicas saudáveis. O problema é que é o mesmo PSD que ainda há pouco dizia que o PS dava tudo a todos ao mesmo tempo. Portanto, entendam-se!

Sr. Deputado, há outros casos. O PSD já aqui veio dizer nesta Câmara: «Este acordo de médio prazo até não era mau.» Mas, precisamente no dia em que foi apresentada a proposta de Orçamento do Estado aqui na Assembleia da República, o Sr. Deputado Hugo Carneiro, ali nos Passos Perdidos, disse o seguinte sobre esse acordo de médio prazo: «O problema é que de certeza que essa história dos aumentos salariais foi o Governo que obrigou os parceiros a assinar.» Pois, estavam muito escandalizados porque o acordo de rendimentos e competitividade previa aumentos salariais e supuseram que foi o Governo que os obrigou a assinar.

Protestos de Deputados do PSD.

Isto porque acham que os parceiros sociais são uns tontos, não sabem o que assinam. É o Governo que os assina. Portanto, o grande problema deste PSD é que há imensos PSD,...

Protestos de Deputados do PSD.

... mas mesmo assim...

O orador voltou a ficar momentaneamente sem voz.

Tenho mesmo de terminar, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Sr. Deputado, compreendo a sua dificuldade, é uma dificuldade física e orgânica.

Risos de Deputados do PSD.

Srs. Deputados, estamos numa situação em que, mais do que nada, se exige respeito pelo nosso colega.

Aplausos do PS.

Já vi muitas situações destas no Parlamento, acontece a qualquer uma das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados, portanto, acho que, nesta circunstância, alguma tolerância acrescida da nossa parte é boa.

Também vou pedir ao Sr. Deputado que, de alguma maneira, vá abreviando o seu pedido de esclarecimento, porque, obviamente, o seu tempo está a correr e já o ultrapassou largamente.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, vou terminar, mas até acho que isto é um bom augúrio, porque a primeira vez que o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa foi à televisão ficou sem voz e teve muitos e bons anos de carreira política a seguir a isso. Pode ser que eu tenha a mesma sorte!

Risos do PS.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não basta tossir!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Termino com a pergunta que quero fazer ao Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite.

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sabem o que diferencia um partido que só quer dizer mal e não quer fazer nada pelo País de um partido que é construtor, que quer ser Governo e que também quer ter soluções? É que a primeira categoria de partidos diz mal de tudo, está tudo mal, «não há nada na proposta que se aproveite, o Orçamento é tão mau, tão mau, tão mau, que, da primeira à última página, nada se aproveita». Já os partidos que querem ser alternativos e que querem ser Governo distinguem aquilo que acham que está mau daquilo que acham que está bem.

O que gostaria que o Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite dissesse é: neste Orçamento do Estado, afinal, está tudo mal ou há uma meia dúzia de coisinhas que se aproveitam?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Sr. Deputado Porfírio Silva, louvo obviamente o seu esforço e empenho para formular a pergunta e dou, de imediato, a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite para responder a V. Ex.^a

O Sr. **Ricardo Baptista Leite** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Porfírio Silva, apesar das várias afirmações que fez, se precisar de uma ajuda médica, estarei aqui disponível para o ajudar. Não é por ser socialista!

Aplausos do PSD.

Devo dizer, Sr. Deputado, que conseguiu fazer um pedido de esclarecimento inteiro relativo a uma intervenção centrada na saúde sem falar uma única vez na saúde. Falei da falta de médicos de família, dos doentes oncológicos que não têm acesso aos benefícios sociais, das listas de espera e a resposta do Sr. Deputado foi: «Nós ganhámos as eleições! Tivemos uma maioria absoluta!» Ora, esta politiquice não responde às necessidades efetivas dos portugueses.

Mas o Sr. Deputado ainda falou na questão das contas certas e, de facto, demonstrei — os dados não são meus, são do Portal Mais Transparência, que é do Governo — que hoje a dívida é muito superior àquela que os senhores herdaram no Serviço Nacional de Saúde.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Baptista Leite** (PSD): — Portanto, sobre a questão das dívidas, só tenho duas palavras para si: «banca» e «rota». Juntas, dão «bancarrota»!

Aplausos do PSD.

Foi aquilo que os senhores do Partido Socialista trouxeram para o País, juntamente com a troica.

O Sr. Deputado perguntou então o que é que o PSD vê de alternativa. É muito simples, aquilo que dissemos desde sempre: acabem com as administrações regionais de saúde — não nos opomos necessariamente a que haja um CEO, um diretor executivo —, universalizem as unidades locais de saúde e permitam que as unidades de saúde familiares que são hoje de modelo *A* passem a modelo *B*. Não se vê nada disto no Orçamento do Estado! E o modelo *C*, que o Sr. Ministro tanto defendeu no passado, pode agora ser implementado para garantir que conseguimos atrair os profissionais para o Serviço Nacional de Saúde.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias e do Deputado do PCP João Dias.

Aquilo que eu dizia sobre os doentes como arremesso é que houve uma greve de farmacêuticos, como sabe, e a resposta do Sr. Ministro ficou muito aquém do que seria desejável na luta dos farmacêuticos pelos seus direitos laborais, utilizando os doentes nessa causa.

O Sr. Deputado invoca a questão da pandemia dizendo que eu era um motor de alarmismo. Aliás, a atual Sr.^a Ministra, antigamente Deputada, Ana Catarina Mendes, na altura acusou-me de utilizar dados falsos no âmbito da morte de um conjunto de doentes num hospital de Cascais onde fui voluntário durante mais de um ano. Um conjunto de cidadãos militantes socialistas fez uma queixa contra mim, tendo citado a Sr.^a Ministra Ana Catarina Mendes e pedido a minha suspensão da Ordem dos Médicos. Mais de um ano depois, o conselho disciplinar da Ordem dos Médicos emitiu um acórdão com mais de 20 páginas a demonstrar que eu tinha toda a razão naquele mês em que morreram quase 6000 pessoas com COVID-19 neste País.

Aplausos do PSD.

Protestos da Deputada do PS Maria Antónia de Almeida Santos.

O senhor é Deputado da República. Comece a servir primeiro os portugueses antes de servir os seus interesses pessoais e os do seu partido.

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, Augusto Santos Silva.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Brandão Rodrigues.

O Sr. **Tiago Brandão Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nós, Deputados, e os portugueses em geral, incluindo a Ana, temos fundamentadas razões para estarmos inquietos com as consequências sociais e económicas da imprevisibilidade com a surpresa trágica da guerra na Europa, três quartos de século depois, e com a inflação que daí provém, inflação em valores como não víamos desde que eu não tinha ainda idade para votar.

Mas temos razões — eu, os Srs. Deputados, os portugueses, incluindo a Ana — para confiarmos que, mais uma vez, juntos seguimos e conseguimos. E este Orçamento do Estado para 2023 dá-nos estas razões: razões fundadas num forte sentido de estabilidade que os portugueses, justamente pelo exercício soberano do voto, privilegiaram face ao ruído do bota-abaixo que, felizmente, ganha mais microfones do que votos; razões também expressas no compromisso, transparente e responsável, que este Orçamento celebra entre quem governa e quem é governado; e, sobretudo, razões sentidas na nítida confiança que este Orçamento do Estado para 2023 deposita em Portugal e nos portugueses.

Se encontramos essas razões para seguirmos, conseguirmos e, assim, cumprirmos o que prometemos aos portugueses em todas as áreas governativas, encontramos-las, de forma cristalina e sem nenhuma poluição, no Orçamento que caberá ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática cumprir em 2023.

Já foi tempo em que o discurso sobre o ambiente, o clima e a energia era coisa de técnicos ou era coisa de jovens que nos alertavam para estas temáticas. Hoje, é coisa minha, é coisa vossa, é coisa da Ana, porque deve ser coisa mesmo de todos. Isso não diminui, nem por um segundo, a nossa responsabilidade de quem governa, como de quem apoia o Governo, em estar à altura desta centralidade.

É com muita honra que aqui recordo a força com que Orçamento do Estado para 2023 reforça a centralidade do ambiente e da ação climática para a nossa vida comum. Uma centralidade expressa nos mais de 5000 milhões de euros que traz de investimento de todos os portugueses no ecossistema que nos acolhe e que, por isso, por nós é cuidado. Um investimento que representa uma progressão de 50% face ao já ambicioso Orçamento executado este ano de 2022. Um Orçamento que enfrenta de frente os desafios que o presente nos traz no campo dos custos da energia, através de um conjunto amplo de medidas mitigadoras, e que cuida do futuro, apostando numa estratégia de diversificação de fontes e de fornecedores do sistema, robustecendo a resiliência de todos e de todo o sistema energético nacional.

Medidas mitigadoras, essas, que totalizam já 5,3 mil milhões de euros, distribuídos entre 2000 milhões de euros dirigidos para consumo das empresas e 3300 milhões de euros pensados para aliviar o fardo energético das famílias.

Aplausos do PS.

Este cuidar do hoje e do amanhã, mesmo contra as vozes de Cassandra, que tudo rejeitam cá dentro, mesmo que todos celebrem lá fora, continua o trabalho já feito com a aprovação, que se conseguiu em Bruxelas, do Mecanismo Ibérico, traduzindo uma poupança de 220 milhões de euros só entre 15 de junho e 31 de agosto, através de uma redução tarifária que ultrapassa os 18%. Também aqui seria certamente mais confortável nada fazer, nada propor a Bruxelas, porque nos pouparia as picaretas bruxuleantes desta vida.

Apesar deste ruído visto pelos portugueses, por mais estridente e até trauliteiro que ele seja, vamos continuar a investir no futuro da transição energética, alocando-lhe mais de 2100 milhões de euros no próximo ano. Para isso, devemos celebrar, também nesta Casa, o que Espanha e França têm celebrado, sem reservas, estes dias: ligações energéticas por mar e ligações energéticas por terra, de gás e de eletricidade. É uma vitória inequívoca da nossa diplomacia económica, da diplomacia do nosso Governo.

Aplausos do PS.

Mas deixemos o ruído de lado, deixemos a negociação internacional fazer o caminho, que, naturalmente, calará esse ruído e destapará todo o seu ridículo, e falemos do que neste Orçamento se continua, para que ninguém o esqueça.

Continua a aposta na promoção do transporte coletivo, seja concretizando obras fundamentais de mobilidade pesada, ferrovia metropolitana e fluvial, em ambas as áreas metropolitanas, seja nos milhões de pessoas que têm acesso aos passes mensais, com preço fortemente reduzido em 2019 e que não aumentará em 2023.

Prossegue a promoção das energias renováveis em muitos tabuleiros, desde logo na ação de cada cidadão e no chamado «autoconsumo», com isenções fiscais sobre a energia excedente produzida, que favorecem a redução da fatura energética dos lares portugueses. Este caminho faz sentido e acrescenta novos sentidos à nossa viagem comum, uma viagem, não o esqueçamos, rumo à neutralidade carbónica que nos comprometemos alcançar em 2050.

Em debate democrático, contínuo, mas não caindo na armadilha que eleva a voz para disfarçar a fraqueza da palavra, continuaremos neste grupo parlamentar a convocar todos os setores da sociedade, todas as famílias, incluindo a família da Ana, as empresas e o Governo para que 2023 seja uma etapa firme e irreversível rumo a 2050, que, bem o sabemos, é já depois de amanhã.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem dois pedidos de esclarecimento.

Para formular o primeiro pedido, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira, do PSD.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Deputado, numa visão real do nosso País, onde impera o verdadeiro empobrecimento imposto por este Governo, digo, de uma forma muito rápida, que nas IPSS (instituições particulares de solidariedade social) está em causa a sustentabilidade de milhares de instituições que lutam diariamente para continuar a prestar apoio a milhares de utentes com falta de financiamento com o aumento da energia e custos de contexto.

Quanto à energia, os portugueses, com a chegada do inverno, já tremem de medo com aquilo que aí vem e também vão tremer de frio porque não terão meios para fazer face ao aumento do custo da energia. Só falta mesmo o Governo dizer «proveitem os 125 € e comprem cobertores». A incompetência do Governo na gestão dos recursos hídricos é brutal. Só falta o Governo vir dizer aos portugueses para se aquecerem ou, então, tomarem banho apenas uma vez por semana.

Na saúde, veja-se o empobrecimento do SNS, onde milhares de utentes mendigam serviços mínimos. E são milhões os portugueses que, no fim do mês, fazem contas à vida.

Podia continuar este rol de empobrecimento, mas, ao ouvir o Sr. Deputado falar claramente no Mecanismo Ibérico, ainda gostava de perceber, se quiser explicar, exatamente quem é que vai pagar, em última linha, a diferença. Quem é que vai pagar? São os portugueses! Como? Gostava de o ouvir. Não vou falar-lhe do acordo, porque acho que temos falado muito sobre ele e é, de facto, muito prejudicial para o nosso País.

Vozes do PS: — Oh!

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Já que Jorge Palma foi citado aqui hoje, ele também canta uma música muito conhecida, *Deixa-me Rir*, a qual se aplica claramente a este Governo. No entanto, neste caso, apenas posso dizer «deixem-me chorar», porque é aquilo que sinto com este Governo.

Risos do PS.

Há outra música de Jorge Palma que o Sr. Primeiro-Ministro gosta tanto de citar e que se aplica claramente ao Governo de Portugal, que é *Frágil*, «sinto-me frágil». É assim que o Governo se apresenta ao País.

Sr. Deputado, peço-lhe, mais uma vez, que explique exatamente o Mecanismo Ibérico e quem é que vai pagar a grande diferença, se são os portugueses, e de que forma o vão fazer.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Alma Rivera, do PCP.

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Tiago Brandão Rodrigues, de facto, ainda bem que falou nos custos da energia, porque os preços da eletricidade, combustíveis e gás de botija são dos maiores problemas das pessoas, mas também porque esse é um tema em que as opções do PS e do seu Orçamento são claras.

É que o tal Orçamento das contas certas tem um problema com a realidade: há o Orçamento do Governo, do PS, e, depois, há o Orçamento das pessoas, das famílias, com o qual elas têm de sobreviver.

Nesse Orçamento, Sr. Deputado, há tudo menos contas certas. O que há é um resultado negativo entre os rendimentos, que o Governo se recusa a aumentar de forma real, e as despesas, que não param de subir, num aumento brutalmente especulativo e descontrolado dos preços, em que aquilo que se paga a mais na fatura vai direitinho para os bolsos dos acionistas das empresas energéticas.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Essa é que é essa!

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — E as opções do PS, do seu Governo e do seu Orçamento ficam claras quando toda a gente empobrece, mas os lucros da Galp e da EDP multiplicam-se. Isso mostra bem que há setores que estão a aproveitar a situação para especular e aumentar as suas margens de lucro e que é opção o Governo não intervir nos preços e nas margens de lucro, um Governo que não tem coragem política para enfrentar os interesses destes grupos económicos.

Aliás, o Governo até faz mais: coloca, em teoria, 3000 milhões de euros no sistema para grandes empresas, sem beliscar margens de lucro, pondo o Orçamento do Estado a servir de almofada para estes aumentos de preços.

Tal contrasta com o que é feito para os consumidores. Para os consumidores, para o comum dos cidadãos, o que é que temos neste Orçamento? Na melhor das hipóteses, 9 €. E o Governo anda nisto, de medida inconsequente em medida inconsequente.

Pergunto: a energia é ou não é um bem essencial para o Partido Socialista? Se é um bem essencial, porque é que continuam com medidas parciais que não levam a lado nenhum, em vez de, uma vez por todas, baixarem o IVA para 6%, como propõe o PCP?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — É que ele já esteve na taxa mínima até o Governo PSD o subir, o que, mais uma vez, demonstra que, afinal, PS e PSD não divergem assim tanto.

Tendo os senhores pulso rigoroso para os trabalhadores e para o povo, para os seus rendimentos, para não os aumentar de forma real, pergunto porque é que não o usam para limitar os preços e definir margens máximas de lucro na energia.

Srs. Deputados, se esta não é política de direita, se esta não é uma proposta cheia de injustiças e desigualdades, é o quê? Ou vão dizer à Ana que esta é a política de direita mais à esquerda de sempre?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Brandão Rodrigues.

O Sr. **Tiago Brandão Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço as perguntas.

O Sr. Primeiro-Ministro falou de Jorge Palma, o Sr. Deputado Hugo Oliveira falou de Jorge Palma e eu asseguro aos Srs. Deputados que não lhes vou pedir para se «encostarem a mim».

Risos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já estiveram encostados!

O Sr. **Tiago Brandão Rodrigues** (PS): — Podia aqui cantar o *Encosta-te a mim* e teríamos uma tarde valiosíssima e poderosíssima.

Aplausos do PS.

Não me esqueço daquilo que passámos durante a pandemia, não me esqueço do que temos passado com a guerra atual, não me esqueço também da instabilidade política que tivemos durante largos meses, tendo os Srs. Deputados sido coautores ativos.

Protestos do PCP.

Se temos agora capacidade para dar resposta na área da energia, significa que tivemos de ultrapassar a pandemia, tivemos de ultrapassar todos os problemas com a guerra na Europa, os quais não acabaram, mas ainda temos de ultrapassar esse período de instabilidade que existiu e que teve, naturalmente, consequências.

Nós queremos ser, este Governo quer ser, e tem sido, um Governo com contas certas — a Sr.^a Deputada ainda agora estava a dizer que não havia contas certas — e com estratégias de políticas públicas no ambiente e na energia.

Falando somente de energia, não nos esqueçamos, e quem está do lado da bancada do Governo também não se esquece — o Sr. Primeiro-Ministro pode recordá-lo —, que o PPD/PSD foi contra as energias renováveis e todas as políticas para as apoiar há década e meia.

Aplausos do PS.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Isso é mentira!

O Sr. **Tiago Brandão Rodrigues** (PS): — Há década e meia aconteceu um momento absolutamente central para sermos hoje mais competitivos e podermos responder mais à crise energética. E, bem mais recentemente, há aproximadamente cinco anos, falavam e tratavam o hidrogénio verde como se fosse um verdadeiro Belzebu das fontes de energia. Têm memória disso, Srs. Deputados? Eu tenho, e estava na bancada do Governo.

Aplausos do PS.

Imaginemos todos o que teria sido um País, em 2022, com as apostas trocadas, sem energias renováveis e sem o trabalho contínuo destas novas fontes de energia. Imaginemos o que seria o nosso País com outra aposta orçamental e não a atual aposta orçamental, num País que, em 2019, teve a possibilidade de contar — desculpem o coloquialismo — com os «passes do Costa» e tem a possibilidade de dizer, em 2023, que esses passes não vão sofrer nenhum aumento.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Os «passes do Costa»?!

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — E do PCP, não?

O Sr. **Tiago Brandão Rodrigues** (PS): — Os Srs. Deputados do PCP lembrar-se-ão daquilo que fizeram em conjunto com o PS e lembrar-se-ão também da crise que provocaram e do que não podem continuar a fazer. É uma pena!...

Aplausos do PS.

Os passes são do «Costa», porque era quem liderava o Governo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Agora os passes são do «Costa»?!

O Sr. **João Dias** (PCP): — Que descaramento!

O Sr. **Tiago Brandão Rodrigues** (PS): — Imaginemos um País onde não houvesse a aposta deste Orçamento em metros, em transporte fluvial e em transporte ferroviário.

Imaginemos um País que não aliviasse a fatura energética das famílias, das empresas, do setor social e solidário, de que falaram os Srs. Deputados, mas também da família da Ana, que vai poder usufruir desse alívio.

Imaginemos — e esta é para si, Sr. Primeiro-Ministro — um país que não tivesse a capacidade de fazer a diplomacia económica que o Sr. Primeiro-Ministro fez na última sexta-feira.

Na última sexta-feira, Portugal — e a Europa — teve uma grande vitória. Em França celebrou-se, em Espanha celebrou-se e, lembro-me bem de como, durante o fim de semana, fui ouvindo o PSD, que, primeiro em Bruxelas, parecia aquele avançado-centro, uma nova figura que trazíamos para campo para marcar muitos golos. Tinha um fantástico aspeto, as melhores caneleiras, mas não conseguiu marcar nenhum golo. Mais, não prestou ajuda a nenhum dos militantes do PSD, como não prestou nenhuma ajuda ao País.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Patrício Oliveira.

Em vez de irem a Bruxelas, quero convidar o Grupo Parlamentar do PPD/PSD, na qualidade de Presidente da Comissão de Ambiente e Energia — que conta, e desculpem-me todos os Srs. Deputados, com os melhores Deputados desta Casa, tanto os do PS, como os do PSD e também os do PCP, que são os que estão neste diálogo —, a, numa outra ocasião, ligar a um desses Deputados, pois tem excelentes Deputados no seu grupo parlamentar. Assim, muito provavelmente, não teriam gritado no fim de semana e não cantavam agora fininho, como têm feito nestes dias.

Aplausos do PS.

Srs. Deputados, façam isso porque vão ganhar muito mais.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Patrício Oliveira.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rita Matias.

Peço silêncio, por favor.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se procurarem as palavras «jovem» ou «jovens» no nosso Orçamento do Estado, verão que aparecem nada mais nada menos que três entradas. Bem sei que este não é um argumento de autoridade, mas é o espelho do desprezo a que as novas gerações estão votadas, nomeadamente no Orçamento que discutimos hoje.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ouvimos, hoje, o líder da Juventude Socialista afirmar que este Orçamento responde estruturalmente aos problemas que os jovens e a sua geração vivem, mas pergunto-me: onde é que o Sr. Deputado viverá e de que Orçamento é que fala?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Certamente, não pode viver em Portugal e não pode estar a falar deste Orçamento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Falou numa democratização estrutural do ensino superior. Pergunto: para quem? É que não bastará alargar o número de vagas no ensino superior se os jovens não tiverem capacidade para o frequentar, e nunca o ensino superior foi tão elitista como atualmente.

Vozes do PS: — Oh!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Mais de 40% dos jovens que não acedem ao ensino superior não o fazem por falta de condições financeiras.

Aplausos do CH.

Mais, 10% dos estudantes desistem no primeiro ano de licenciatura e fazem-no por falta de condições financeiras. Mais de 5000 estudantes que foram colocados, este ano, na primeira fase não realizaram a sua matrícula por falta de condições financeiras.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E o senhor vem a esta Câmara dizer que o ensino superior está democratizado?! Não brinque connosco.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Num ano em que a oferta privada de quartos reduziu cerca de 80%, os valores das rendas aumentaram abruptamente, de tal forma que, atualmente, os alunos pagam, em média, 400 € por um quarto em Lisboa e 350 € por um quarto no Porto.

O Governo responde, neste Orçamento, com um apoiozinho de 200 € por mês que vai chegar a um universo reduzido de jovens universitários e que peca por tardio, porque o ano letivo já começou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É a isto que os Srs. Deputados chamam «democratização do ensino superior»? Mas o Partido Socialista vai mais longe e diz que também responde ao drama da habitação jovem com mais habitação pública, nomeadamente com o programa Porta 65.

No entanto, importa dizer que, no Orçamento do Estado do ano passado, prometeram atualizar os valores e não o fizeram. Por isso, a pergunta que deixo é esta: como é que um jovem pode confiar no Partido Socialista?

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Não pode!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Gostava também de frisar que, em matéria de jovens, os feitos socialistas são apenas os seguintes: um em cada quatro jovens tem sintomas elevados de depressão; 52% dos jovens não se sentem realizados profissionalmente; os jovens portugueses são os que tendem a sair mais tarde de casa dos pais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro vir a debate dizer que o sucesso das políticas do Partido Socialista para os jovens se vê no número de licenciados, mestres e doutores não servirá de nada se, depois, os jovens estiverem condenados à míngua.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Concluo, dizendo que não deixou de ser irónico ver o Sr. Primeiro-Ministro mencionar o grande feito do Partido Socialista de ter dotado os jovens portugueses com o ensino obrigatório de inglês. Infelizmente, 20% dos jovens portugueses necessitam desta ferramenta porque têm de trabalhar no exterior.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro do Carmo** (PS): — Como é que é possível falar assim?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Portanto, pior do que convidar os jovens a emigrar é forçá-los a esta triste realidade, nomeadamente devido à falta de respostas para os jovens neste Orçamento.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome da Iniciativa Liberal, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Iniciativa Liberal apresentou a sua proposta de taxa única, que foi rejeitada por esta Casa com a desculpa de que reduzia a taxa marginal nos escalões mais altos. Então, no último Orçamento, propusemos reduzir a taxa marginal apenas nos escalões mais baixos, mas isso foi rejeitado com o argumento de que os trabalhadores mais bem pagos também beneficiariam, um pouquinho, por arrasto.

Neste Orçamento, insistimos em unificar os cinco primeiros escalões, mas alterámos a proposta de forma a eliminar qualquer ganho nos rendimentos mais altos. Repito: esta é uma proposta que, reduzindo as taxas marginais nos rendimentos mais baixos, será neutral nos rendimentos mais altos. Esta é uma taxa única para os trabalhadores que estão entalados entre a inflação e a elevada carga fiscal, é uma proposta que irá aliviar a carteira daquelas pessoas, com rendimentos médios e baixos, que o próprio Governo reconheceu que precisavam de ajuda ao enviar-lhes um cheque de 125 €, sem nunca lhes dizer que era o dinheiro delas que lhes estava a ser devolvido.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É verdade!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Este é um alívio que não depende de ter o IBAN atualizado nas finanças,...

Aplausos da IL.

... porque a nossa política é fazer com que esse dinheiro nunca lhes chegue a sair do bolso.

Esta não é uma proposta de esmola, é uma proposta que permite aos trabalhadores enrascados ficarem com uma parte maior daquilo que é seu, daquilo que ganharam com o suor do seu trabalho.

Aplausos da IL.

Portugal é um país onde é demasiado comum ser pobre trabalhando, e não é alheio a esta realidade termos taxas marginais confiscatórias para pessoas com rendimentos líquidos muito baixos.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Isso não é verdade!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Nesta Casa, defende-se uma progressividade agressiva com o argumento de que os ricos devem pagar mais, mas se eu perguntar a cada um de vocês se é rico, se tem um salário de rico, dir-me-ão que não. E se o nosso salário não é um salário de rico, muito menos serão ricas as pessoas que ganham metade do nosso salário.

Aplausos da IL.

Então, se aceitam que as pessoas que ganham metade do nosso salário não são ricas, porque é que aceitam uma taxa marginal de 35% de IRS, a que se soma a TSU, para estas pessoas que, sozinhas, não conseguem alugar uma casa e ter uma vida desafogada, mas que têm de entregar ao Estado metade de qualquer aumento que consigam receber do seu empregador?

Aplausos da IL.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Isso é mentira!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Digam-me em que outro país da União Europeia, mesmo aqueles países com salários baixos como os nossos, uma pessoa que ganhe 1200 € líquidos está exposta a uma taxa marginal superior a 30%. Digam um país da União Europeia em que isso aconteça!

Vocês até podem fingir que as contas do Estado estão certas, mas não há nada de moralmente certo nestas contas das pessoas. É uma injustiça, é um abuso, é um confisco e é hora de acabar com isso!

Aplausos da IL.

Neste Orçamento, vamos ter uma decisão para tomar: queremos ter trabalhadores dependentes, à espera dos 125 € de esmola quando o Sr. António Costa decidir distribuí-la, ou queremos trabalhadores emancipados, autossuficientes, mais bem pagos, não graças a uma esmola do PS, mas apenas recebendo o que é deles, aquilo a que têm direito?

Aplausos da IL.

Iremos também propor a introdução de um subsídio de habitação,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Um subsídio?!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — ... com o mesmo tratamento fiscal dado ao subsídio de alimentação.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias e da Deputada do BE Mariana Mortágua.

Um subsídio voluntário que qualquer empregador possa dar aos seus empregados. Hoje, se um trabalhador que ganha 1200€ líquidos...

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

Tenham calma! Ouçam, percebam!

Aplausos da IL.

Hoje, quando um trabalhador que ganha 1200 € líquidos consegue convencer o seu empregador a gastar mais 100 € com ele, para o ajudar com as despesas de habitação, esse trabalhador fica com menos de 50 €. Ou seja, por cada aumento de 100 € na renda, na mensalidade da prestação da casa, o trabalhador tem de conseguir negociar um aumento de 200 € para colmatar essa perda.

O nosso regime fiscal duplica o esforço necessário dos trabalhadores com o aumento do preço da habitação. Iremos, por isso, propor que o trabalhador possa receber o subsídio de habitação por inteiro, para fazer face às despesas de habitação, dando-lhe o mesmo tratamento fiscal que é dado ao subsídio de alimentação.

Quem está preocupado com o aumento do preço da habitação, certamente, não poderá rejeitar uma proposta que acabará com esta duplicação de esforço que os trabalhadores têm de fazer face aos preços da habitação.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento. Para formulá-lo, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Anastácio, do PS.

O Sr. **Pedro Anastácio** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e demais membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, como ainda não sei se é candidato à Iniciativa Liberal, vou esperar que isso se defina nas próximas semanas para responder a todos os pontos que aqui tocou.

O Sr. **João Cotrim Figueiredo** (IL): — Está desatento!

O Sr. **Pedro Anastácio** (PS): — Mas como este é o debate do Orçamento do Estado, o que deveríamos discutir hoje era qual seria o Orçamento do Estado da Iniciativa Liberal.

O Governo da República disse «Famílias Primeiro» e nós sabemos bem qual seria a escolha de VV Ex.^{as}. Falam de impostos cobrados *versus* os 125 € atribuídos, ignorando tudo o que o Estado dá à comunidade.

Protestos de Deputados da IL.

Querem um imposto único para todos — que, entretanto, mascararam —, mas desconsideram que esse esforço contributivo não é igual para todos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Ouviu a intervenção? Já trazia isso escrito.

O Sr. **Pedro Anastácio** (PS): — Em vez de saúde pública, querem assegurar renda privada. Querem o cheque-ensino, mas não têm uma única prova dos seus resultados. Comparam-nos com os países de Leste, sem refletirem sobre o nível de qualificação dessas populações, para nos proporem o endividamento dos nossos jovens estudantes.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não ouviu a intervenção!

O Sr. **Pedro Anastácio** (PS): — E no vosso credo anti-impostos, naquela comunicação catita em que VV Ex.^{as} são bons, afirmam a incapacidade de ir além de qualquer liberal contemporâneo e daqueles que, como Friedman ou Hayek se demonstraram disponíveis para suprimir a democracia em nome da ordem de mercado.

Protestos da IL.

É por isso que o seu legado, Sua Ex.^a, é disputar o lugar onde se senta, não vá haver confusão com o portavoza da mesma agenda económica, caduca e falhada.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.

O Sr. **Pedro Anastácio** (PS): — Sabemos bem as diferentes visões de projetos de Orçamento que temos nesta Casa. O Orçamento da IL seria o de «cada um por si», do «salve-se quem puder», um instrumento de alívio para os ricos e um esquecimento para os pobres.

Para nós, o Orçamento é uma resposta comum, plural e coletiva, um instrumento para reduzir as desigualdades, para devolver esperança e dignidade às pessoas.

Por isso, Srs. Deputados, recentemente criticaram o modelo implementado no Reino Unido — o que advogam, e foram sérios porque disseram o que pensam realmente — porque não fazia um corte brutal na despesa. Como VV Ex.^{as} foram tão sérios nesse momento, a pergunta que tenho para vos fazer é sobre...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Ah!...

O Sr. **Pedro Anastácio** (PS): — ... se a Iniciativa Liberal já escolheu qual seria o Orçamento que apresentaria a Portugal, onde, em vez de «Famílias Primeiro», diria «desigualdade primeiro»

Aplausos do PS.

VV. Ex.^{as} têm aqui uma oportunidade — nos cortes entre receita e despesa, que já não disfarçam — para demonstrarem as finalidades do vosso projeto político, porque, mesmo que envergonhadas, elas são mesmo a destruição do Estado social.

Aplausos do PS.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A pergunta não tem nada que ver com a intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, ando cá há pouco tempo, mas, do que percebo destes debates, primeiro ouve-se a intervenção e depois faz-se uma pergunta sobre essa intervenção.

Aplausos da IL.

Do que sei, funciona assim.

Vi o Sr. Primeiro-Ministro muito preocupado com a vida da Iniciativa Liberal, mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que temos muito orgulho, mas mesmo muito orgulho por defendermos a ideologia que defendemos nesta Casa.

Aplausos da IL.

Temos muito orgulho de nos sentarmos aos ombros de gigantes como Locke, Adam Smith ou Bastiat, ao contrário de outros que se sentam aos ombros de carneiros como Che Guevara, Mussolini, Lenine ou Salazar!

Aplausos da IL.

O Sr. **Pedro Anastácio** (PS): — Ou Pinochet!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Ou de outros que se sentam em ombros menos dignos, de corruptos. Nós sentamo-nos aos ombros de gigantes.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Tenha calma!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — O liberalismo já anda por cá há 300 anos, a espalhar prosperidade, e continuará por cá quando as vossas ideologias, quando os vossos partidos já estiverem no caixote do lixo da história.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: A proposta de Orçamento do Estado que o Governo apresenta para 2023 é um fator de agravamento

das desigualdades e das injustiças. Não é um Orçamento de confiança no futuro, como diz o Governo, mas um Orçamento de comprometimento do futuro.

Se em relação aos salários, reformas e pensões o Governo assume a perda de poder de compra e a limitação das funções sociais do Estado, já em relação aos grupos económicos este Orçamento abre a porta a escandalosos benefícios fiscais, a uma nova redução do IRC — que beneficia, sobretudo, as grandes empresas —, e a novas transferências de recursos públicos que se juntam aos milhares de milhões de euros que, por via do PRR, lhes estão a ser entregues.

Já havia razão para preocupações antigas, face às muitas fragilidades que o País apresenta, seja o seu elevado grau de dependência e atraso económico, os seus crónicos défices estruturais, as profundas e persistentes desigualdades sociais e regionais, os agravados problemas ambientais ou a degradação do próprio regime democrático, com a subordinação do poder político ao poder económico. Problemas que continuam, todos eles, a pesar como chumbo na vida nacional.

Agora há razão para preocupações acrescidas, preocupações que se avolumam a cada dia que passa, com o agravamento das condições de vida da imensa maioria da população. Mas a proposta de Orçamento que o Governo apresenta não é a resposta necessária, nem aos problemas urgentes que os portugueses sentem no dia a dia, nem aos problemas estruturais que subsistem no País.

Há apenas cinco meses, no Orçamento do Estado para este ano de 2022, o Governo fez as suas escolhas. O PCP alertou para a urgência de opções políticas e de medidas concretas e substanciais para responder aos problemas nacionais, a começar pela exigência de aumentos de salários, reformas e pensões. Mas o Governo ignorou esses alertas e manteve o rumo do seu Orçamento, o tal que proclamou ser «o mais à esquerda de sempre».

O Sr. **João Dias** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O resultado está à vista. Os números e as previsões do Governo já foram desmentidos pela realidade deste ano. O que os portugueses tiveram foi um aumento brutal do custo de vida, com os salários reais a caírem 2,6%, enquanto o produto interno bruto cresce 6,5% e a produtividade aumenta 4,5%.

Os trabalhadores estiveram e estão a criar mais riqueza, mas, enquanto isso, empobrecem trabalhando. Com este Orçamento sabem que para o ano terão mais do mesmo.

Para onde vai o dinheiro? Vai para o saldo orçamental e, principalmente, para os lucros dos grandes grupos económicos, que aproveitam para ganhar milhões com o sacrifício de quase todos.

Ora, são esses grupos económicos que, com este Orçamento, passam a poder, no futuro, reduzir drasticamente, ou mesmo anular, os impostos que têm de pagar, utilizando sem limite temporal o reporte de prejuízos fiscais, entre outros favorecimentos. Para isso já há dinheiro e o défice não é problema!

Não há problema em aumentar 1,7 mil milhões de euros em aquisições de serviços a privados na saúde, enquanto o investimento público marca passo na execução. Não há problema com os pagamentos às PPP no valor de 1,41 mil milhões, mais as centenas de milhões em reequilíbrios financeiros, incluindo para a VINCI, com os aeroportos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com este Orçamento, a redução da dívida e do défice faz-se por conta da redução do valor real dos salários, reformas e pensões, pela degradação dos serviços públicos e do investimento, pelo agravamento das injustiças e desigualdades.

Reafirmamos: havia e há alternativa! A redução da dívida e o equilíbrio orçamental poderiam ser alcançados por medidas de estímulo ao mercado interno, pelo incremento do investimento público, pela aposta na produção nacional, pela redução da dependência externa. Mas não é esse o caminho que está a ser seguido.

De tantas vezes ouvirmos o refrão das «contas certas» repetido à exaustão, fica a pergunta que tem de ser feita: contas certas para quem? Para os trabalhadores, que se conformam e confrontam com a vida cada vez mais cara, com um salário que não dá para pagar a comida, a renda e as faturas? Contas certas para os reformados, que ficam sem o aumento das pensões que lhes era devido por lei e que, uma e outra vez, têm de escolher se o dinheiro vai para comida ou para medicamentos, quando não basta para uma coisa nem outra? Contas certas para os jovens que desistem de estudar porque não têm onde ficar e o mais que encontram é uma vaga num beliche a 300 €?

Não! Com este Orçamento e com esta política, as contas certas são, antes de mais, para os grandes grupos económicos com os maiores lucros de sempre! Preços e especulação sem controlo, lucros e dividendos sem limite, exploração e empobrecimento sem fim à vista, são estas as opções deste Orçamento. Contas certas de milhões para o poder económico, vida incerta para os trabalhadores, os jovens, os reformados.

Ora, o Governo pretendeu apresentar, como uma espécie de prefácio a este Orçamento, o acordo assinado com as grandes confederações patronais e a UGT, que reflete a opção de classe do Governo PS.

Mais do que ouvir o Governo falar do acordo que foi apresentado, é ouvir o entusiasmo com que os próprios representantes dos grupos económicos o encaram. A unanimidade dos elogios — desde logo, a avaliação positiva do patrão dos patrões da Confederação da Indústria Portuguesa — confirma o que temos afirmado sobre a ação do Governo, cada vez mais inclinado para a direita e dando inquestionável expressão às exigências do grande capital.

Perante estas opções políticas, reclama-se à direita por ainda mais borlas fiscais para o poder económico. De resto, a posição do PSD não se fez esperar, tentando, o mais que pôde, enxertar no Orçamento que aí vem a discussão sobre o tema dos gasodutos que hão de vir. Não se sabe se é falta de assunto, lá terão as suas razões.

Por parte do PCP, não deixamos nem deixaremos de marcar com a nossa oposição o debate orçamental. Uma oposição que se fará, também, com propostas que marcam a opção por uma política alternativa e que confrontarão o Governo com as soluções que existem para responder, de facto, aos problemas que atingem os trabalhadores, o povo e o País.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O País exige medidas de emergência, que não podem continuar a ser adiadas, tal como precisa de soluções para os seus crónicos e agravados problemas de fundo, o que exige a concretização de uma outra política em rutura com as atuais orientações.

O PCP reafirma que os trabalhadores e o povo português não estão condenados à degradação das condições de vida, ao aumento da exploração e das injustiças sociais e que é necessário e possível construir e alcançar uma vida melhor, uma sociedade mais justa, um Portugal soberano e desenvolvido.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Relembro que todos os grupos parlamentares, à exceção do PS, do PSD e do próprio Governo — que só podem mobilizar 30% do seu tempo —, podem gerir livremente os seus tempos entre hoje e amanhã.

Sr. Deputado Bruno Dias, a Mesa regista uma inscrição para um pedido de esclarecimento. Para formulá-lo, dou a palavra à Sr.^a Deputada Eurídice Pereira, do PS.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, restantes Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sr. Deputado, sem surpresas, foi mais uma intervenção absolutamente previsível. E não se pode dizer que seja exatamente pela coerência, porque não consta que o hábito da crítica seja sinónimo de coerência.

Sr. Deputado, este Orçamento é muito mais do que o possível. É, acima de tudo, um grande desafio, em face dos efeitos do contexto internacional, em resultado da guerra da Rússia sobre a Ucrânia.

Protestos do Deputado do PCP João Dias.

Este é um Orçamento que, apesar do contexto, preserva e reforça rendimentos, preserva as medidas vantajosas para os portugueses tomadas nos últimos anos, alarga muitas e introduz outras. É por isso incompreensível que não haja uma única palavra relativamente ao quadro de guerra, um quadro provocador de incertezas e de imensas exigências que, obviamente, se refletem no Orçamento.

A intervenção que proferiu é uma intervenção com demasiado «apontar de dedo» para quem há cerca de um ano deu menos atenção aos trabalhadores e ao povo, a favor do calculismo eleitoral. Só que os trabalhadores e o povo trocaram as voltas a VV. Ex.^{as}...

O Sr. **João Dias** (PCP): — Ainda? Outra vez?!

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — ... e escolheram, de facto, uma política patriótica, do socialismo democrático e progressista.

Esta escolha foi clara e, portanto, cabe ao Partido Socialista, através do Governo, na Assembleia da República — ouvindo, como é evidente, porque estamos em democracia —, encontrar as melhores soluções para as solicitações que se colocam. É para isso que os senhores também estão convocados e não podem fugir desta convocação.

Estão convocados para não repetirem o erro de se recusarem a ir ao debate do Orçamento na especialidade — agora com a diferença de que não está nas vossas mãos, mas ficava-vos bastante bem.

Dito isto, nesta linha, a pergunta que deixo é uma pergunta que já vos deveria ter sido feita, no meu entender, há muito tempo: o PCP volta a optar pelo exacerbar da crítica a servir de biombo para não ir a jogo com os pés assentes na terra?

Certo, para os portugueses, é que o Partido Socialista, no Governo e na Assembleia da República, não lhes vai falhar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Eurídice Pereira, para quem começa a falar acusando os outros de serem previsíveis, digamos que a sua pergunta não surpreendeu ninguém.

Risos de Deputados do PSD.

Ora, o que observamos, da parte de quem refere e qualifica este Orçamento como «mais do que possível», é que tudo é relativo e depende da perspetiva. Para os grandes grupos económicos, que passam a poder, sem limite, reportar prejuízos fiscais e ganhar borlas fiscais como nunca ganharam, naturalmente que este Orçamento é mais do que o possível!

Para os 9,7 mil milhões de euros de contratação externa a privados para o Serviço Nacional de Saúde, os grupos económicos da doença de certeza que acham que este é um Orçamento mais do que o possível!

Mas para os trabalhadores, os reformados, os jovens, que vão perder poder de compra, como assumido pelo próprio Governo neste mesmo debate, este Orçamento não é o possível, é o que torna uma vida ainda mais impossível!

A Sr.^a Deputada, pelos vistos, já se esqueceu da aprovação do Orçamento para este ano de 2022. Não foi há um ano nem há dois, foi em final de maio! Já havia guerra, já havia sanções, já tinha havido COVID e, nessa altura, os senhores disseram e repetiram que a inflação era «conjuntural e transitória». Vai daí, aprovaram aquela vergonha dos 0,9% de aumento!

E não ouviu o Sr. Primeiro-Ministro, ainda agora, reconhecer que «houve uma perda brutal de poder de compra, agora sim»? Então, vai daí, e continuam a aumentar os salários e as pensões abaixo da inflação?! Até os escalões do IRS são atualizados abaixo da inflação! E vem dizer que este é um «Orçamento mais do que o possível»?!

Tenha prudência — recomendo eu — quando fala em calculismo político sobre o que se passou há um ano, porque bem nos lembramos que no dia seguinte ao Presidente da República ter dito que se não houvesse Orçamento haveria eleições, deixou de haver resposta por parte do Governo a qualquer proposta que o PCP apresentasse!

O Sr. **João Dias** (PCP): — Essa é que é essa!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Aí deixou de haver conversa!
Não tente reescrever a história, porque ainda nos lembramos bem!

Aplausos do PCP.

Os senhores podem achar que valeu a pena ter maioria absoluta e fazer aquele calculismo político, mas a questão que se coloca é que as medidas que os senhores propagandeiam neste Orçamento nem alteram, nem disfarçam o rumo de empobrecimento da imensa maioria dos portugueses, enquanto alguns continuam a ganhar, amealhando milhões de lucros e ganhando ainda mais com este Orçamento.

Portanto, quando a Sr.^a Deputada Eurídice Pereira diz que o PS não vai falhar para milhões de portugueses, o PS já está a falhar e já falhou na vida concreta e diária que as pessoas estão a enfrentar.

Sr. Presidente, para terminar, não estando cá o auto, para se defender, não posso deixar de fazer um apelo para que deixem o Jorge Palma em paz, porque, certamente, não tem culpa nenhuma dos disparates que aqui são ditos e feitos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Sá Pereira.

A Sr.^a **Joana Sá Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Neste Orçamento do Estado, encontramos uma aposta clara de investimento num dos pilares mais importantes de um Estado de direito democrático: a justiça.

Só uma justiça mais próxima dos cidadãos, mais eficiente e ao serviço dos direitos e do desenvolvimento social concretiza uma das tarefas fundamentais do Estado, que é a garantia de efetivação dos direitos e das liberdades fundamentais dos cidadãos.

O orçamento neste setor — o mais elevado dos últimos 13 anos — prevê um crescimento de cerca de 7% face ao orçamentado para 2022, e procura responder a alguns desafios que se colocam.

O primeiro diz respeito ao fortalecimento da democracia e ao combate à corrupção. A saúde da nossa democracia e a afirmação de um Estado transparente e justo exigem uma ação contínua. Não instrumentalizamos o discurso do flagelo da corrupção para atacar a democracia e o Estado de direito. A corrupção combate-se, continuando a melhorar e a aperfeiçoar os instrumentos que já existem, tal como o Grupo Parlamentar do PS tem vindo a fazer.

Aplausos do PS.

Saudamos, por isso, o reforço que encontramos nesta proposta de orçamento para a investigação criminal. As despesas com os serviços integrados da Polícia Judiciária aumentam cerca de 24% e os investimentos em projetos da PJ passam de cerca de 20 milhões para 33 milhões de euros, o que representa um aumento de 67%, face a 2022.

São estes números que nos permitem concretizar as medidas previstas de reforço da capacidade da investigação da PJ; o novo plano plurianual de recrutamento de pessoal para as carreiras da PJ, que, até 2026, prevê a entrada gradual de 1100 efetivos; a aplicação do novo regime geral de prevenção da corrupção e, também, a concretização do Mecanismo Nacional Anticorrupção. Continuamos, por isso, a avançar.

O segundo desafio é o reforço da modernização do sistema de justiça.

O recurso às novas tecnologias, designadamente nos tribunais e nos registos, e a simplificação de procedimentos, tem-se revelado absolutamente central. Talvez já poucos se recordem das filas e das deslocações que os cidadãos tinham de fazer para renovar o cartão de cidadão, pedir certidões, fazer registos, etc.

A verdadeira reforma digital na justiça, que mudou todo este paradigma, operada pelo Governo do Partido Socialista, permitiu que, hoje, o registo de nascimento se faça *online* ou que a renovação do cartão de cidadão se faça a partir de casa. Somos mesmo, nesta área, uma referência internacional. Vemos, por isso, como importante para a melhoria contínua deste setor, o reforço em cerca de 40 milhões de euros da dotação para o Instituto dos Registos e do Notariado. Continuamos, por isso, a avançar.

O terceiro desafio remete para o combate sem tréguas à violência doméstica. A luta contra este flagelo deve ser um desígnio coletivo e é uma prioridade que este grupo parlamentar escolheu para esta Legislatura.

Aplausos do PS.

Apesar do número de participações criminais ter diminuído 4%, face a 2020, a violência doméstica continua a ser o crime mais participado em Portugal e isso preocupa-nos profundamente.

Mas o desafio que se coloca é o de procurar vias alternativas à resposta penal, que combata este chão desigual que ainda pisamos, concedendo mais autonomia às vítimas. Sabemos que pessoas com mais formação, mais rendimentos e mais auxílio do Estado social são pessoas mais independentes e, por isso, menos vulneráveis.

Destacamos, por isso, a opção de destinar 22,5 milhões de euros para os programas de violência doméstica e proteção à vítima, transversal a todas as áreas governativas, e que na justiça, em particular, mais que duplica, face a 2021. A violência doméstica combate-se com ações concretas e é isso que estamos a fazer. Continuamos, por isso, a avançar.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, continuamos a ser um dos países mais seguros e mais pacíficos do mundo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é verdade!

A Sr.^a **Joana Sá Pereira** (PS): — Como escreveu Eduardo Lourenço, «mais importante que o destino é a viagem». Estamos mesmo a melhorar a vida das pessoas e esse é o melhor farol para continuarmos a fazer este caminho permanentemente inacabado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento. Para formulá-lo, dou a palavra à Sr.^a Deputada Paula Cardoso, do PSD.

A Sr.^a **Paula Cardoso** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Sr.^a Deputada Joana Sá Pereira, depois de a ouvirmos, já que se falou tanto em músicos, apetecia-me citar um outro, para não ser sempre o mesmo: o que nos mostrou foi o bonito lado da justiça, mas falta mostrar o «lado lunar», que Rui Veloso tão bem apregoa, uma vez que o lado lunar não foi aqui trazido.

Vou-lhe explicar qual é o lado lunar: é a dificuldade que os portugueses têm no acesso ao direito. É, também, a morosidade e o preço das taxas e das custas judiciais. O lado lunar é a pendência nos tribunais administrativos e fiscais, que têm os prazos que toda a gente conhece. Estes assuntos, a Sr.^a Deputada não trouxe aqui.

Claro que sabemos que há um incremento, por força do PRR, na informatização e na renovação da componente informática da justiça, que bem era necessária. Mas o Orçamento também prevê uma revisão do Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado. Perguntamo-nos para que efeito? Para aumentar as taxas, pagas pelos portugueses, no notariado e nos registos predial e comercial. O Orçamento prevê um aumento de 11,2% para o notariado, 15,2% para o registo predial e 11,6% para o registo comercial.

Sr.^a Deputada, isto significa que, na generalidade, o cidadão português vai pagar, por estes serviços, uma média de mais 10% do que pagou até agora.

Se isto são medidas para ajudar o cidadão a ter um efetivo acesso à justiça, como a Sr.^a Deputada aqui apregou, explique-me como é que, pagando mais, vai ter melhor acesso à justiça.

Lanço-lhe, ainda, outro desafio: o de rever, finalmente, o Estatuto dos Funcionários de Justiça, que está calendarizado e prometido desde o Orçamento de 2020 e que é completamente esquecido neste Orçamento do Estado, onde nem sequer se faz menção. Gostaria, se não se importa, de saber o que é que aconteceu ao Estatuto dos Funcionários de Justiça e à sua revisão.

Lanço-lhe, igualmente, um repto. O acesso à justiça e a justiça em Portugal são, de facto, um problema gravíssimo. Os equipamentos de justiça estão degradadíssimos e, para além da falta de papel, chove e há condições degradantes em muitos tribunais, do Minho ao Algarve.

Olhando para o cidadão e para a dificuldade que tem em aceder, hoje, à justiça — uma vez que o preço de acesso é elevadíssimo e os portugueses que me estão a ouvir em casa sabem que o que eu estou a dizer é verdade, que as custas judiciais e as taxas de justiça são elevadas —, vamos apresentar uma proposta, que espero que a Sr.^a Deputada acompanhe, para baixar efetivamente as custas e as taxas judiciais, para os cidadãos sentirem, no seu bolso, essa baixa.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Sá Pereira.

A Sr.^a **Joana Sá Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Paula Cardoso, devo dizer que até tenho alguma compaixão pela intervenção que acabou de fazer.

Tenho alguma compaixão porque senti, verdadeiramente, quando fez a pergunta, o desconforto e a angústia com que a fez, por duas razões muito claras: a primeira é por causa da herança do PSD em matéria de justiça.

Aplausos do PS.

Vamos falar da herança do PSD em matéria de justiça.

Hoje, felizmente, a escolha que temos à frente, com esta proposta de Orçamento, é sobre que tribunais podemos reforçar. Na altura em que os senhores estavam no Governo, sabe qual era a escolha? Era a escolha sobre que tribunais tínhamos de encerrar.

Felizmente, hoje, é diferente. O tempo é outro!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Mais ainda, Sr.^a Deputada: todos nos lembramos que foi com o vosso Governo que aconteceu o maior caos informático na história da justiça e como paralisou verdadeiramente o sistema de justiça.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Foi com o Citius!

A Sr.^a **Joana Sá Pereira** (PS): — Portanto, Sr.^a Deputada, sobre justiça, devo confessar-lhe que o Grupo Parlamentar do PS não recebe lições do Grupo Parlamentar do PSD.

Protestos do PSD.

Há também uma outra razão para eu sentir compaixão pela angústia e o desconforto com que a Sr.^a Deputada fez a sua intervenção. É que, a partir de amanhã, terá de explicar aos portugueses que esta proposta de Orçamento é incómoda. Será difícil, percebo isso — aliás, hoje, durante este debate orçamental, o PSD passou a maior parte do tempo a falar de outras coisas, de tudo menos sobre o Orçamento, e nós percebemos porquê —, porque esta proposta é incómoda para quem vê a política do «quanto pior, melhor». Sobre isso, Sr.^a Deputada, somos mesmo muito diferentes.

Protestos do PSD.

Porque é que eu senti — estava há pouco a dizê-lo — angústia e desconforto na sua intervenção? Porque a Sr.^a Deputada vai ter de explicar aos portugueses porque é que vai votar contra este Orçamento. Vai ter de

explicar porque é que vai votar contra o aumento dos recursos humanos da Polícia Judiciária, vai ter de explicar porque é que vai votar contra o aumento dos apoios para as vítimas de violência doméstica.

Protestos do PSD.

Quando, ainda há pouco, falava das condições degradantes dos edifícios do Ministério da Justiça, a Sr.^a Deputada vai ter de explicar, agora, porque é que, juntamente com o seu grupo parlamentar, se prepara para votar contra um Orçamento que tem 45 milhões de euros para o financiamento de obras no parque do Ministério da Justiça.

Aplausos do PS.

Sobre tudo isto, Sr.^a Deputada, devo dizer-lhe uma coisa: acho que o seu grupo parlamentar tem, de facto, um desafio muito complexo, ou seja, no meio disto tudo, tem de explicar como é que os portugueses podem confiar no PSD para, um dia, governar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: Muito se ouviu falar, aqui, de música, mas acho que, a este tempo, os portugueses já estão fartos que lhes deem cantigas e que se fale em contas certas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cantigas de amigo!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Na verdade, quando as famílias acabam por ser deixadas para trás, as contas estão cada vez menos certas e a aumentar de dia para dia, seja no cabaz de alimentação, seja no preço da eletricidade, seja nas prestações do crédito à habitação, ou até em matérias de extrema vulnerabilidade e pobreza, quando vemos os projetos *Housing First* desaparecerem do texto do Orçamento.

Para as famílias, este Orçamento aposta no conservadorismo fiscal e em golpes de magia, por exemplo, em matéria de IRS, quando dá com uma mão, em 2023, o que vai tirar com a outra mão, em 2024.

É preciso mais, é preciso muito mais: precisamos de baixar o IRS da classe média, ter um IVA zero no cabaz alimentar essencial, alargar a tarifa social da energia e do gás natural, baixar os passes sociais, devolver, via IRS, parte dos juros pagos no crédito à habitação.

Por outro lado, o ambiente também fica para trás e as contas só estão mesmo certas para as grandes empresas poluentes. Enquanto o relógio do clima se aproxima, a passos largos, do ponto de não retorno, temos 25 milhões de euros de isenção de ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos) para as grandes empresas poluidoras, incentivos fiscais ao uso de combustíveis fósseis, em alguns casos com um custo de 40 milhões de euros, e, ainda, um regime fiscal de dedução de prejuízos, que trata de igual modo uma grande poluidora — como a EDP ou a Galp — e pequenas ou médias empresas que tenham boas práticas ambientais.

Sr. Primeiro-Ministro, somam-se, ainda, os impactos da seca, de norte a sul do País. Ao invés de medidas que promovam a eficiência hídrica, ainda vemos, neste caso, a aposta no regadio, ao arrepio da sustentabilidade ambiental ou, imagine-se, a promoção da compra de água.

É preciso mais, precisamos de começar, desde logo, por acabar com as borlas fiscais às grandes poluidoras, apostar na reforma da floresta, na agricultura sustentável, na transição energética, a partir, também, das energias renováveis, e, acima de tudo, na mobilidade suave e na economia verde.

Para trás ficam ainda, infelizmente, os animais. Enquanto para o baronato da caça e para o lóbi da tauromaquia as contas estão sempre certas e o Governo não perde tempo a atribuir apoios, já para a proteção animal as contas nunca se acertam.

Precisamos de mais porque vemos neste Orçamento os apoios à proteção animal aumentarem apenas 1,25%, um valor bem distante da inflação atual, vemos descer a verba atribuída aos centros de recolha oficial,

vemos desaparecer os hospitais veterinários públicos e, mais, não vemos uma redução do IVA para a alimentação veterinária ou os cuidados médico-veterinários, quando para a pecuária já houve esse cuidado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, este Orçamento tem de ser diferente, tem de ser um Orçamento que dê resposta às famílias, mas que lance também as bases para uma reforma estrutural.

O Sr. Primeiro-Ministro disse há pouco que está disponível para se encontrar a meio caminho, em sede de especialidade. Aquilo que lhe pergunto é se está disponível para que os seus ministros e a sua bancada parlamentar não venham, depois, mais uma vez, fazer tábua rasa daquilo que é a «palavra dada, palavra honrada» e reverter medidas negociadas no Orçamento do Estado.

O Sr. **Presidente**: — Para a antepenúltima intervenção desta sessão, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe...

O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, penso que tínhamos uma inscrição para um pedido de esclarecimento à Sr.^a Deputada do PAN, que iria ser formulado pelo Sr. Deputado Ivan Gonçalves.

O Sr. **Presidente**: — Os senhores tinham, mas a Mesa não.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Ivan Gonçalves, para formular o pedido de esclarecimento.

O Sr. **Ivan Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, não citarei nenhum cantor, mas quero dizer-lhe que partilhamos um conjunto de valores e preocupações que entendo serem civilizacionais.

Essas preocupações prendem-se com a sustentabilidade ambiental, com a necessidade de encontrar modelos de crescimento que não ponham em causa as gerações futuras, com os efeitos das alterações das alterações climáticas ou com a procura de soluções para energias alternativas e limpas, com o bem-estar animal — e já abandonámos a conceção retrógrada segundo a qual os animais eram considerados coisas —, com outros temas, até mais transversais, como é o caso da promoção da igualdade de género e da garantia de que as mulheres ocupem na sociedade um lugar que é seu por direito e de que tenham as mesmas oportunidades que os homens, e partilhamos muitas outras preocupações.

Portanto, parece-nos que há um caminho comum, que tem vindo a ser trilhado, e que pode ser trilhado, entre o Partido Socialista, o seu Governo, e o PAN. Recordo-me da intervenção que a Sr.^a Deputada fez da tribuna, há mais ou menos um ano, aquando do chumbo do Orçamento do Estado para 2022, apelando à responsabilidade de todas as forças políticas naquele momento decisivo para o País. Recordo-me também de que, quando os restantes partidos da oposição faltaram aos portugueses, no momento em que o País passava pela maior crise de saúde pública dos últimos 100 anos, o PAN foi o partido político que esteve ao lado do Governo do Partido Socialista e viabilizou o Orçamento, que acabou por ser chumbado, dando lugar às últimas eleições legislativas.

Sr.^a Deputada, tendo em conta os desafios que também já nos colocou — e quero dizer-lhe que a bancada do Partido Socialista não fará deles tábua rasa, parecendo-nos importante que, em sede de especialidade, possamos chegar a esses mesmos entendimentos —, aquilo que faço é devolver-lhe a pergunta no sentido de saber se, da sua parte, existe disponibilidade para que possamos continuar a ter o PAN como partido que está ao lado não só deste Orçamento, mas, fundamentalmente, ao lado dos portugueses e da resolução dos seus problemas do dia a dia.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Foi fofinho, foi!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que me vai permitir que lhe lembre que, neste momento, só tem disponíveis, no total, para hoje e amanhã, 2 minutos e 14 segundos.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, em função da escassez de tempo, limito-me a responder agradecendo a pergunta do Sr. Deputado e dizendo que o PAN esteve e continuará a estar ao lado dos portugueses, pelo que não se demitirá de fazer o trabalho que cabe a cada partido — incluindo, sobretudo, aos da oposição — fazer em sede de especialidade.

O Sr. **Presidente**: — Então, agora, rumamos à antepenúltima intervenção, que cabe ao Sr. Deputado Filipe Melo, do Grupo Parlamentar do Chega.

Faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e demais Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Durante mais de 1 hora, o Sr. Primeiro-Ministro falou, nesta Casa, sobre o Orçamento. Esqueceu-se de explicar a esta Câmara e aos portugueses por que razão, atravessando o País uma crise económica e social gravíssima, decidiu atribuir mais de metade do Orçamento à gestão da dívida pública. Certamente, prefere ver os portugueses na desgraça e ficar bem na fotografia que vai enviar para Bruxelas, mas já estamos habituados a esse número mediático.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Relativamente ao orçamento de um ministério cujo valor vimos dobrar, o das Infraestruturas e da Habitação, gostava de lhe deixar duas breves palavras.

A habitação é um dos temas que mais preocupam os portugueses atualmente. Ora, o senhor, tendo dobrado o orçamento desse Ministério para quase 7000 milhões, tem o descaramento de tirar apenas 2% — 2%! — dessa verba para a habitação. Ou seja, dos quase 7000 milhões, o Sr. Primeiro-Ministro tira 126 milhões de euros para a habitação.

Mas falar de infraestruturas e habitação e não falar da TAP seria desagradável, e o seu Ministro Pedro Nuno Santos não iria gostar de ser esquecido por esta Câmara. É muitas vezes esquecido pelo Sr. Primeiro-Ministro, mas não por esta Câmara!...

Então, vamos ver uma coisa: no Orçamento para 2022 ficou adjudicada mais uma *tranche* de 900 milhões para a TAP. Ela não vem neste Orçamento, é verdade, mas estava no outro, e a fatura vai ser paga em 2023.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O Sr. Primeiro-Ministro, desse lugar, defendeu a TAP com unhas e dentes, mas, há duas semanas, desse mesmo lugar, veio dar o dito por não dito e declarou que a TAP é para vender, e já em 2023.

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, é importante lembrar que, com a venda da TAP, vamos perder um ativo estratégico muito importante para o País: o *hub* de Lisboa — sim, aquele que vai ser absorvido pelo de Madrid ou por outro qualquer.

É importante perceber quanto é que a TAP contribui, em impostos diretos e indiretos, para o Estado. É importante perceber o que é que vamos fazer aos mais de 10 000 trabalhadores da empresa e como é que vamos fazer a ligação às nossas comunidades e à nossa diáspora. São estas as questões que importa esclarecer, o que o senhor não fez no dia de hoje.

É importante perceber que 3000 milhões foram tirados aos portugueses para meter na TAP. É importante perceber que o senhor vai vender a TAP com a empresa limpa e que quem a absorver vai ficar com ela 100% operacional. Ponha os olhos na Alemanha, onde o Estado vendeu a Lufthansa com mais de 700 milhões de euros de lucro.

Aplausos do CH.

Concluo, Sr. Primeiro-Ministro, dizendo, em relação a este Orçamento e às contas certas do Governo, já que querem tanto citar Jorge Palma nesta Casa, «deixa-me rir».

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A penúltima intervenção cabe à Iniciativa Liberal, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e demais Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A governação socialista trata mal, em geral, o sucesso, o mérito e o trabalho e trata mal, particularmente nos últimos tempos, os profissionais liberais e os trabalhadores independentes.

A Iniciativa Liberal tem quatro propostas para aliviar a vida dos trabalhadores independentes e dos profissionais liberais: a primeira proposta consiste na redução da taxa de retenção de IRS de 25% para 20% — uma taxa de 25% é uma barbaridade para aquele que é o rendimento médio dos profissionais liberais —; a segunda proposta consiste na redução da taxa de contribuição para a segurança social de 21,4% para 20%; a terceira proposta consiste na recuperação do regime simplificado,...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Parece a Liz Truss!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... que permitia que as despesas fossem automaticamente admitidas, sem justificação, para determinados rendimentos; e a última proposta consiste na isenção de contribuição para a segurança social até 25 000 €, nos casos de acumulação de rendimentos de trabalho dependente e independente.

Estas são as nossas propostas, Sr. Primeiro-Ministro. O senhor ri-se e tem tido atitudes inaceitáveis nos últimos tempos. O senhor está descontrolado e alguém tem de lho dizer. A Iniciativa Liberal está a apresentar propostas sérias e a seriedade das propostas merece a seriedade do seu comportamento. O senhor tem tido comportamentos inqualificáveis e tem contribuído para a degradação do debate democrático — aliás, é das pessoas que mais têm contribuído para essa degradação —,...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... e alguém tem de lho dizer, Sr. Primeiro-Ministro. É particularmente grave que o senhor, como Primeiro-Ministro, com o seu comportamento, contribua para a degradação das instituições.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Chega, o Sr. Deputado Pedro Pessanha.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo — que cumprimento —, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Apesar do conflito que estamos a viver na Europa e da ameaça real aos Estados europeus por parte da Rússia, verificamos que este Orçamento do Estado se mantém praticamente inalterado relativamente ao anterior. E não me venha dizer que cresceu 8%, porque a inflação elimina qualquer ganho nesse sentido.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — A pergunta que lhe faço é a seguinte: como é que isto é possível? Com a ameaça real que a Europa enfrenta, com as nossas terríveis carências a todos os níveis — que são transversais aos três ramos das Forças Armadas —, como podemos nós deixar tudo na mesma?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Portugal continua afastado do objetivo assumido perante a NATO de atingir os 2% do PIB no investimento em defesa. O que gostaríamos de saber, Sr. Primeiro-Ministro, é qual a razão para esta rutura do compromisso com a NATO e quando é que iremos alcançar esta meta, se é que algum dia isso irá acontecer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Para terminar, são do conhecimento público diversas situações gravíssimas dentro das Forças Armadas, que suscitam grandes preocupações. Estamos a falar da falta de recursos humanos, do calvário dos deficientes das Forças Armadas, nomeadamente daqueles que precisam de próteses, da degradação de infraestruturas militares, equipamentos, etc., e podíamos continuar aqui a tarde toda. O que gostaríamos de saber é quando é que estas situações irão ficar sanadas de uma vez por todas, porque claramente ainda não será com este Orçamento do Estado que iremos conseguir resolver todos estes problemas.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Assim chegamos ao fim da nossa sessão de hoje. A sessão de amanhã começará às 10 horas e terá a mesma ordem do dia, finda a qual procederemos a votações regimentais.

A Sr.^a Secretária Maria da Luz Rosinha tem ainda um anúncio a fazer à Câmara. Faça favor.

A Sr.^a **Secretária** (Maria da Luz Rosinha): — Sr. Presidente, informo que o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, seguiu o Plenário por videoconferência.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Muito boa noite e até amanhã.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 4 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.